

I Seminário sobre História do Turismo na Amazônia

Turismo e História: uma construção epistemológica na **Amazônia**





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Administração: Raimundo da Costa Almeida

Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Loiane Prado Verbicaro

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Pró-Reitor de Extensão: Nelson José de Souza Junior

Pró-Reitor de Relações Internacionais: Edmar Tavares da Costa

Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal: Ícaro Duarte Pastana

Pró-Reitora de Planejamento: Cristina Kazumi Nakata Yoshino

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Diretor-geral: Armando Lírio de Souza

Diretor Adjunto: Paulo Moreira Pinto

FACULDADE DE TURISMO

Diretora: Silvia Helena Ribeiro Cruz

Vice-Diretor: Fabrício Lemos de Siqueira Mendes

CONSELHO EDITORIAL

Editor: Gilberto de Souza Marques

Editor Assistente: Rubens da Silva Ferreira

Armando Lírio de Souza

Paulo Moreira Pinto

Luiz Otávio Maciel da Silva

Silvia Cristina da Costa Stockinger Flores

Silvia Helena Ribeiro Cruz

Wanderlino Demetrio Castro de Andrade

Diana Priscila Sá Alberto
Elielton Benedito Castro Gomes
Organizadores

E-book GPHTA

I Seminário sobre História do Turismo na Amazônia

Turismo e História: uma construção epistemológica na **Amazônia**



Belém-Pará • 2024

- A334s Seminário sobre História do Turismo na Amazônia (1. : 2023 : Belém, PA)
I Seminário sobre História do Turismo na Amazônia : Turismo e História : uma construção epistemológica na Amazônia / Alberto, Diana Priscila Sá, Elielton Benedito Castro Gomes, organizadores. – Belém: ICESA, 2024.
140 p.
Trabalhos apresentados no I Seminário sobre História do Turismo na Amazônia, realizado em Belém, de 29 de novembro de 2023.
ISBN 978-65-982137-6-3.
I Turismo – Amazônia – Congressos. I. Alberto, Diana Priscila Sá, org. II. Gomes, Elielton Benedito Castro., org. III. Título.

CDD 338.4791811

Rubens Ferreira – CRB 1108

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS
FACULDADE DE TURISMO

Organização Geral do Evento

Prof.^a Dr.^a Diana Priscila Sá Alberto

Organização da Comissão Científica

Prof.^a Dr.^a Diana Priscila Sá Alberto

Prof. Dr. Elielton B. C. Gomes

Organização dos Anais

Prof.^a Dr.^a Diana Priscila Sá Alberto

Prof. Dr. Elielton B. C. Gomes

Projeto Gráfico

Ione Sena

Revisão textual

Juliana de Araujo

Realização

Grupo de Pesquisa sobre História do Turismo na Amazônia

Faculdade de Turismo

Universidade Federal do Pará

Apoio

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia

Escritório Modelo de Práticas Acadêmicas em Turismo

Realização



Apoio



Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Rua Augusto Corrêa, n. 1 – Guamá. Cep: 66075-110. Belém, Pará, Brasil

SUMÁRIO

- 9** **Apresentação**
Diana Priscila Sá Alberto
- 13** **A pesquisa na Amazônia entre o Turismo e a História: a construção do Grupo de Pesquisa sobre História do Turismo na Amazônia**
Diana Priscila Sá Alberto e Elielton Benedito Castro Gomes
- Artigos do I Seminário sobre História do Turismo na Amazônia**
- 25** **À beira do rio Guamá: lazer e sociabilidade no espaço urbano belenense (meados do século XX)**
Elielton Benedito Castro Gomes
- 41** **Lazer e Turismo para quem?**
Helena Doris de Almeida Barbosa
- 57** **A Pastoral do Turismo como agente protagonista na Educação Patrimonial do Círio de Nazaré**
Joyce Karoline da Silva Ferreira
- 69** **Ascensão dos espaços privados de lazer em Belém e os seus reflexos na sociabilidade urbana**
Jéssika Paiva França
- 81** **Itinerários de viajantes pela Amazônia Oitocentista**
Lucas Monteiro de Araújo



- 97 **Círio de Nazaré Patrimônio Cultural Imaterial**
Raul Ivan Raiol de Campos
- 109 **Vestindo a fé: análise acerca dos mantos de Nossa Senhora de Nazaré em Belém do Pará**
Thamires Beatriz Braga Barros
- Apresentação dos resumos do grupo de pesquisa GPHTA**
- 123 **Cultura, sabores e aromas: os sentidos da gastronomia regional para os paraenses**
Aleandra Veloso Ribeiro e Diana Priscila Sá Alberto
- 125 **Mulheres em campo: a produção de conhecimento do Turismo na Amazônia e suas reflexões iniciais**
Elizabeth Paulino da Costa e Diana Priscila Sá Alberto
- 127 **Mulheres e viagens independentes em Belém do Pará: experiências e sentidos**
Glenda Roberta de Lima Abdoral e Diana Priscila Sá Alberto
- 129 **História do audiovisual e o Turismo na Amazônia dos anos 1970, 1980 e 1990**
Hevelly Cristina Costa da Silva e Elielton Benedito Castro Gomes
- 131 **Representações da figura feminina frente às propagandas da EMBRATUR nos anos de 1980**
Ivaneide Santos Silva, Elielton Benedito Castro Gomes, Eduarda Medeiros da Silva e Ingrid Assunção

- 133** | **História do Turismo na Praia do Pesqueiro/Soure/
Ilha do Marajó PA: diálogos iniciais**
*Karla Patrícia Farias Ribeiro da Silva e Diana Priscila Sá
Alberto*
- 139** | **Belle Époque e lazer na Amazônia**
Paulina Pereira de Aviz e Diana Priscila Sá Alberto
- 141** | **Comissão de Organização e Científica**

Apresentação

Diana Priscila Sá Alberto

A pesquisa em Turismo na Amazônia tem sido foco das últimas análises de teses de doutorado em instituições importantes, como a Universidade Federal do Pará (UFPA). A Faculdade de Turismo (FACTOR), do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), nos seus quase 50 anos de existência, tem contribuído muito para a formação de profissionais não somente no mercado turístico, mas também na promoção de conhecimento sobre o fenômeno turístico na região amazônica. Nos últimos 20 anos, em seu corpo docente, congrega profissionais que têm buscado, nas mais diferentes áreas, ampliar o conhecimento dessa atividade e fenômeno econômico, social, cultural e histórico.

O presente livro tem como fundamento as primeiras atividades do Grupo de Pesquisa sobre História do Turismo na Amazônia (GPHTA), criado em 2022 por meio de um projeto de ensino sobre um grupo de estudos na FACTUR. Tal empreitada era a de congregar os discentes do Turismo e de História para discutir a relação turismo e história mediante leituras que abarcam as duas perspectivas disciplinares. Com uma fundamentação teórica e metodológica vinda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST), a coordenadora do projeto de ensino, Prof.^a Diana Alberto, trouxe para os discentes as possibilidades de entender o fenômeno turístico pelo viés histórico.

Nesse sentido, esta produção está dividida da seguinte forma: inicia com uma apresentação geral das atividades realizadas pelo



grupo, entre elas, rodas de conversas ao longo do ano e o I Seminário sobre História do Turismo na Amazônia. Todas essas atividades tiveram como temas: viagens e viajantes na Amazônia; religiosidade, patrimônio e turismo; além do estudo do lazer e do fenômeno turístico em Belém.

O primeiro artigo é do historiador Elielton Gomes, no qual apresenta sua pesquisa sobre o lazer na periferia de Belém (PA) no começo do século XX. O autor destaca as festas de ruas para expressar a importância das identidades culturais e históricas da cidade por meio das atividades lazer, de festas e dos espaços nos quais estas aconteciam. Na sequência, a cientista social e turismóloga, Helena Doris Barbosa traz uma abordagem conceitual e atual do Turismo na cidade de Belém, desenvolvendo uma articulação entre o processo de “turistificação” do turismo e as atuais políticas de turismo para eventos de grande porte que acontecerão na capital paraense, como a COP 30.

A turismóloga Joyce Ferreira, que faz parte da Pastoral do Turismo (PASTUR) em Belém/PA, escreve sobre a experiência da PASTUR acerca de uma das expressões religiosas e turísticas do estado do Pará: o Círio de Nossa Senhora de Nazaré. A autora demonstra como a atuação da PASTUR tem auxiliado a consolidar o Círio de Nazaré como um dos principais elementos turísticos do estado. O quarto artigo é do antropólogo Lucas de Araújo cuja pesquisa versa sobre a história dos viajantes na Amazônia. O autor apresenta um recorte de suas análises acerca dos preparativos, da viagem em si e da pós-viagem dos naturalistas que visitaram a Amazônia no século XVIII.


O estudo Círio de Nazaré também se manteve como o foco dos dois últimos artigos apresentados. Na sequência, o turismólogo Raul Campos apresenta sua *expertise* no campo do patrimônio cultural e desvela como o Círio de Nazaré pode ser observado a partir de um viés do patrimônio imaterial. O autor deixa como questionamento se a festividade pode ser vista como patrimônio imaterial religioso ou

cultural. Leitura instigante. Finalizando a seção dos artigos, tem-se a pesquisa de mestrado da historiadora Thamires Barros, em que ela literalmente “veste a santa”. Sua pesquisa é rica em detalhes acerca da história da vestimenta dos mantos de Nossa Senhora de Nazaré. O manto tornou-se símbolo do Círio de Nazaré, e é nessa linha que autora aborda a história das vestimentas de santos até chegar aos mantos de Nazaré em Belém do Pará.

A conclusão do livro oferece resumos apresentados por alunas, em sua maioria, das pesquisas e dos debates feitos ao longo do ano no GPHTA. Assim como de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) da FACTUR, que já são frutos do grupo de pesquisa. Entre todos os resumos, têm-se: Cultura, sabores e aromas: os sentidos da gastronomia regional para os paraenses de Aleandra Veloso Ribeiro e Diana Priscila Sá Alberto; Mulheres em campo: a produção de conhecimento do Turismo na Amazônia e suas reflexões iniciais, de Elizabeth Paulino da Costa e Diana Priscila Sá Alberto; Mulheres e viagens independentes em Belém do Pará: experiências e sentidos, de Glenda Roberta de Lima Abdoral e Diana Priscila Sá Alberto.

Na sequência de pesquisas, têm-se: História do audiovisual e o Turismo na Amazônia dos anos 1970, 1980 e 1990, de Hevelly Cristina Costa da Silva e Elielton Benedito Castro Gomes; Representações da figura feminina frente às propagandas da EMBRATUR nos anos de 1980, de Ivaneide Santos Silva, Elielton Benedito Castro Gomes, Eduarda Medeiros da Silva e Ingrid Assunção; História do Turismo na Praia do Pesqueiro/Soure/Ilha do Marajó/PA: diálogos iniciais, de Karla Patrícia Farias Ribeiro da Silva e Diana Priscila Sá Alberto; Belle Époque e lazer na Amazônia, de Paulina Pereira de Aviz e Diana Priscila Sá Alberto. Espera-se que essa produção inspire novas perspectivas de estudo para as áreas do Turismo, da História, da Antropologia e qualquer outra disciplina disposta a dialogar com as novas frentes que o fenômeno turístico vem promovendo.

Boa leitura!



A pesquisa na Amazônia entre o Turismo e a História: a construção do Grupo de Pesquisa sobre História do Turismo na Amazônia

Diana Priscila Sá Alberto e Elielton Benedito Castro Gomes

A construção do conhecimento, na atividade turística no Brasil, remonta à década de 1970, quando as primeiras instituições de ensino, superior e técnico, começaram a perceber a importância dessa atividade e de seus desdobramentos como fenômeno social, cultural e econômico (Rejowski, 1996, Oliveria; Panosso Netto, 2023). A necessidade de criar centros de pesquisas para os futuros profissionais de Turismo abriu oportunidade para que esses e essas pudessem se qualificar e ensinar Turismo. Junto com o Brasil, no Norte, a Universidade Federal do Pará abriu sua primeira turma em 1975, e os primeiros egressos se formam em 1979 (UFPA. PPC Turismo, 2007).

Como espaço que sempre teve apelo desde as primeiras incursões europeias, a Amazônia não ficou de fora da ascensão do turismo. Estudos de Cruz (1999) e Figueiredo (1999) já apontavam para o apelo turístico que a região amazônica tinha, como os estudos realizados no arquipélago do Marajó¹ (Pacheco, 2006). Todavia, não possuíam um plano ou direcionamento de políticas públicas ou do empresariado local para melhorar os serviços e pensar outros produtos na região. O papel do curso de Turismo, atualmente Faculdade de Turismo da UFPA, foi imprescindível para que os rumos

¹ Na obra de Pacheco (2006), o Marajó se divide entre a floresta e o campo e, em cada um desses espaços, a dinâmica social, cultural e política se caracteriza de uma maneira. O estudo aponta como as comunidades do Marajó da floresta, como pontua o autor, expõem seus cotidianos com os recursos naturais.

da atividade turística fossem tomados no Estado, em especial, ao que se tinha como cartão de visita a Amazônia.

É interessante fazer um breve apanhado histórico do turismo na Amazônia para que se compreenda o poder que a atividade exerce na região. De acordo com Alberto (2017), o turismo que era visto para a Amazônia entre as décadas de 1980/1990 configurava-se como ecológico ou natural e iniciou-se nos estados do Amazonas e Pará (Figueiredo, 1999). O autor expõe que desde aquele período a Amazônia já era notada pelo governo militar, tornando-se, assim, alvo de projetos relacionados à atividade turística, como se vê:

Desde o governo militar, o turismo aparece como uma das atividades importantes na tentativa de “desenvolver” a Amazônia, seja nas políticas de incentivo da [Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia] SUDAM, seja na criação fracassada do “Núcleo Colonial Bela Vista” – zona prioritária de interesse turístico (Figueiredo, 1999, p. 61).

Verifica-se, a partir do excerto, a importância da região amazônica, e como o turismo vai sendo desenvolvido. Nesse contexto, surgiu a necessidade de pesquisas, seja para o mercado, seja para entender as transformações sociais, econômicas e culturais do fenômeno.

A sequência dos estudos sobre o Turismo na região amazônica começaram a dar conta de aspectos em que a introdução de ciências como a Sociologia e a Antropologia se faziam necessárias para refletir as mudanças que as populações locais (indígenas, ribeirinhas etc.) estavam passando com a introdução do turismo. O estudo de Quaresma (2003, p. 104) trata do processo de “turistificação”, que a região vinha sofrendo ao longo dos anos, principalmente, a partir de 1970/1980.

Segundo a autora: “esse processo ‘turistificador’ mundial, que também é observado no Brasil, mais especificamente na Amazônia,

caracteriza-se pela busca de um contato maior com a natureza por meio da aventura”. No entendimento da autora, nota-se o rápido e grande avanço com que a atividade turística vinha tomando no Brasil e, sobretudo, na Amazônia.

A partir desse breve cenário histórico, a Faculdade de Turismo continuou a formação de centenas de egressos, bacharéis em Turismo, que, atualmente, estão no mercado de agenciamento, hotelaria e transportes; no setor público em áreas diretamente ligadas ao Turismo, como no governo federal, no Ministério do Turismo, na Secretaria de Estado de Turismo do Pará, Secretaria Municipal de Turismo de Belém e região metropolitana; assim como na docência no ensino superior, técnico e médio. A efetivação do ensino de Turismo, que principiou no Brasil, em 1970, reverberou até a Amazônia com a formação de inúmeros profissionais.

Contextualizar historicamente como a atividade turística começa a se delinear na região amazônica é um processo novo, pois o que se tem são amostras de estudos nos quais surgem tais fatos, mas a construção da história do fenômeno, realizado por fontes históricas, não foi feito ainda. É um processo de investigação imprescindível para o entendimento de como as estruturas econômicas se envolveram com as comunidades locais, como as relações socioculturais se formaram, entendendo, inclusive, perspectivas históricas mais profundas.

Além disso, como as primeiras políticas foram pensadas, que tipos de arranjos políticos foram pensados, por exemplo, a partir do regime militar em “desenvolver a Amazônia para o turismo”. Então, a proposta de estudar o turismo na Amazônia, a partir da história, torna-se uma ótica necessária para conhecer o fenômeno por outro viés e ampliar as discussões epistemológicas, apontadas em estudos como de Moesch (2002).

Ao perceber essa ausência de pesquisadores/professores(as) formados(as) em Turismo que possuíam formações doutorais para além do desenvolvimento socioambiental, Antropologia, Arquitetura,

Economia, Administração etc., a formação na História foi o caminho encontrado para que essas novas perspectivas de investigação fossem abertas. Assim, entre 2018 e 2022, o projeto de doutorado que estudou duas mulheres cientistas, que realizaram viagens na Amazônia foi concluído. Com isso, a História surgiu na formação do quadro de docentes da FACTUR.

A pesquisa realizada configurou-se em analisar a história da participação feminina na história das Ciências na Amazônia no século XX, focalizando atuação e legado de duas mulheres cientistas, uma alemã, Emília Snethlage (1868-1929), do Museu Paraense Emílio Goeldi, e uma brasileira, Heloísa Alberto Torres (1895-1977), do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Tais cientistas realizaram viagens importantes na Amazônia no começo do século XX e, em suas pesquisas, relatórios de campos, cartas pessoais e institucionais, notou-se como seus deslocamentos para o campo apresentaram elementos para pensar o estudo do Turismo.

Nesse ínterim, o estudo de Moesch (2002) e Santos Filho (2005) são interessantes serem destacados. Moesch (2002) apontava a necessidade de compreender o Turismo primeiro em uma nova perspectiva epistemológica, como base na fenomenologia. De forma que na tese foi trabalhado o conceito de experiência, amparado historicamente nos fundamentos de Thompson (1998), em que as experiências das cientistas em campo produziram características importantes para entender alguns elementos-base da tríade do Turismo, como a hospedagem, a alimentação e o transporte. E, assim, buscar fontes históricas que ajudassem a compreender como a viagem científica, por exemplo, abriu caminho para as viagens turísticas.

Santos Filho (2005) já expressava o valor da história na reflexão acerca da caracterização do fenômeno turístico. O autor expressa a importância de se entender, historicamente, o papel do capitalismo, amparado nas análises marxistas, de como a atividade turística também pode ser vista com base na categoria trabalho pela História.

A partir dessa perspectiva, nota-se a importância de compreender as relações de trabalho no turismo entre as classes empresariais e os trabalhadores(as) da hotelaria. Mais além, de entender o papel feminino no mercado turístico visto por meio do estudo do gênero e da História.

Ao tratar do gênero, a pesquisa na História possibilitou mergulhar nos estudos dessa categoria através da vivência dessas duas mulheres cientistas. A pesquisa demonstrou que “[...] ambas tiveram papel fundamental na construção da ciência na Amazônia, por suas ações e ‘sensibilidades de mundo’, numa época de plena hegemonia do domínio masculino no campo científico” (Alberto, 2022, p. 10). Assim, além da História, o gênero foi outro elemento importante para compreender o fenômeno turístico a partir do olhar do feminino, pois as mulheres se fazem na atividade turística.

Este livro, portanto, reúne resultados de pesquisas que envolvem, de alguma forma, as discussões sobre Turismo e História na região amazônica, não ausentando, claro, debates desenvolvidos por outras áreas do conhecimento e disponíveis em textos, sobretudo, acadêmicos, como na Antropologia, na Sociologia e na Geografia, áreas que se dedicam também, de algum modo, a caminhar por arenas nas quais muitos turismólogos e historiadores transitam, cotidianamente, frente às investigações elaboradas por eles.

Mesmo diante de um parco número de produção disponível sobre a temática nessa parcela da Amazônia, percebe-se, nos últimos anos, uma crescente atenção de pesquisadores, tanto da área do Turismo como da História, para temas que envolvem, particularmente, viagens e viajantes, lazer, sociabilidades, eventos festivos (profanos e religiosos), rituais, cultura urbana e rural, entre outros, vistos como importantes indicadores das práticas e dinâmicas sociais, econômicas, culturais e políticas dessa região. Igualmente, tem-se, ainda, os fenômenos polifônicos que inserem, em uma só medida, diferentes aspectos da sociedade, ajudando, assim, a desestabilizar fronteiras e tradições disciplinares.

Portanto, não cabe nesta obra utilizar o termo “História do Turismo” na região amazônica, visto que o livro em questão não se preocupa em realizar um panorama acerca da história do *métier* do turismólogo, mas, sim, as formas que essas áreas do conhecimento, especialmente, História e Turismo, congregam e compactuam de ideias favoráveis às novas interpretações sobre temas e investigações múltiplas. Muitas indagações permanecem sem respostas, desse modo cabe buscar meios de solucioná-las dentro da premissa e da prática de ambos os campos de conhecimento, que apresentam “aquilo que está latente na cultura, interpretar os diferentes formatos de contatos que são acionados pelo encontro entre turistas e população local (voluntária ou involuntariamente)” (Ramiro, 2019, p. 10), refletindo também acerca dos métodos, dos limites, da ética e das potencialidades que perpassam tais pesquisas.

Como sugere José Newton Coelho Meneses, ao se direcionar a algum espaço, proposto a conhecer a cultura e a identidade cultural daquelas paragens, o turista se insere, de antemão, na lógica de atribuir certos sentidos àquilo que observa, bem como compreender as simbologias e significados do lugar, “desde que sinta aderência ao produto da interpretação do planejamento turístico e da história a uma vivência real e em construção” (Meneses, 2006, p. 14). Nesse sentido, Anderson Pereira Portuguese (2001, p. 81) observa que a paisagem (física, social, cultural, econômica e política) de algum espaço “é a somatória de tempos distintos, do homem e dos demais elementos da natureza, que se conjugam e, por vezes, produzem lugares capazes de serem utilizados para fins de recreação”. Tudo isso, somado aos aspectos históricos, sendo eles materiais ou imateriais, de algum modo, tornam-se atraentes para os transeuntes² turistas no espaço que pode ser urbano ou não.

Frente a isso, é importante pensar os lugares (urbanizados ou não) como espaços nos quais se percebem as práticas capitalistas e

2 Sobre a categoria “transeunte”, consultar a obra de Frehse (2005).

de acumulação de riquezas, mas também um lugar de investigação multidisciplinar por intermédio de campos de conhecimentos em que se reúnem vários saberes, especialmente, científicos. É relevante pensá-los também ante a ideia de que “não pertencem realmente a todos, ainda que formalmente pareçam ser de todos e estar disponíveis para que todos os usem” (Cancline, 1997, p. 60).

Em consonância com a História, o Turismo reconhece aqui o valor de todos os agentes sociais, desconstruindo formulações que destacam, ou destacavam, as realizações (físicas, sociais e culturais) a partir de uma ótica elitista. Do mesmo modo, torna-se possível afirmar que as convicções, que são múltiplas, distinguem-se de cultura em cultura e devem ser elaboradas no íntimo de cada campo cultural.

Ao combinar recentes objetos e abordagens da História com procedimentos teóricos e metodológicos do Turismo e de outras ciências próximas, o fenômeno turístico vem sendo averiguado sob outras interpretações, proporcionando novos problemas, múltiplas fontes e questões essenciais de nosso tempo, que norteiam o olhar sobre o passado. Portanto, o Turismo é percebido, então, como uma construção social, dotada de historicismo, que exige um intenso diálogo com a conjuntura de sua época, em seus diferentes tempos e espaços, e a análise criteriosa das fontes.

Dessa feita, perante a necessidade de explorar, pelas discussões acadêmicas, o Turismo na região amazônica, maiormente, em diálogo com a História, houve a criação, no ano de 2022, do Grupo de Pesquisa “História do Turismo na Amazônia” (GPHTA), coordenado pela professora Dr.^a Diana P. Sá Alberto, no qual professores e alunos (do Turismo e da História) desenvolvem atividades de pesquisas voltadas para temáticas de interesse do grupo. Além disso, desde sua gênese, esse Grupo de Pesquisa realiza atividades internas e externas (palestras, seminários e oficinas), sendo essas últimas voltadas a um público amplo, tendo em vista também mostrar o que vem sendo produzido desde então.

Esta coletânea é um exemplo daquilo que, desde 2022, o GPTHA tem se proposto fazer. Nela, tem-se autores que apresentam, a partir de firmes bases teóricas e metodológicas, discussões realizadas, sobretudo, em atividades de pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação, sobre temas que perpassam essas duas áreas: Turismo e História.

A relação entre Turismo e História tem se mostrado importante, visto que a configuração dessa nova integração está abrindo possibilidades de investigações significativas no contexto histórico da formação do currículo dos cursos de Turismo no Brasil; conseqüentemente, na concepção da História tornar-se uma ferramenta a mais na compreensão desse fenômeno, constituído, primeiramente, pelas viagens. Dessas viagens, em especial, as dos(as) viajantes naturalistas na região amazônica desde o século XVI até o começo do século XX tem demonstrado a urgência de trazer à tona a historiografia desses homens e mulheres que aqui estiveram.

Tais evidências entre o Turismo e a História foram apresentadas no trabalho de Alberto (2022) quando se viu que duas cientistas, que fizeram viagens científicas na Amazônia, já apresentavam, em seus escritos e narrativas (relatórios, artigos, cartas pessoais), como era viajar na região. Essas mulheres demonstraram que a viagem que realizaram já apontavam elementos do que, na atualidade, compreende-se como turismo moderno (Barretto, 2003), em que se tem a hospedagem, o transporte e a alimentação como o “tripé turístico”. Assim, como sustentado no dito “sistema turístico” de Mario Beni (2007) que compreende a atividade turística em sistemas (demanda, oferta, mercado e produto) e consolida-se como fenômeno econômico, mas também sociocultural no decorrer do século XX até ao dias atuais.

Algumas considerações, mas não são finais

Não se pode concluir algo que está em formação. Dessa feita, esta breve obra tem como objetivo abrir mais possibilidades de encontros

de pesquisadores que possam unir suas cátedras, nesse caso, Turismo e História. Para além disso, acender uma construção interdisciplinar sobre as diversas formas de se olhar a Amazônia. A diversidade amazônica deve ser um norte para que as produções científicas avancem ao encontro da sociedade e cultura aqui presentes.

O papel das universidades deve ser o de formular conhecimento acessível a todos, seja nas salas de aulas, nos grupos de pesquisas ou nos projetos que atendem, diretamente, às comunidades amazônicas. Turismo e História podem, sim, integrar o atual tripé da UFPA: o ensino, a pesquisa e a extensão numa consonância harmônica e rica de respeito quanto ao entendimento do fenômeno turístico e da história da região.

Dessa forma, aquelas e aqueles que folhearem estas páginas, certamente, entrarão em contato com essa parte da Amazônia sob diversos ângulos. Aqui, é apresentado um panorama tão plural e enriquecido quanto o próprio espaço retratado nesta compilação de investigações.

Referências

ALBERTO, Diana P. Sá. **Pesquisa e anotações de campo para renovação do PPC da FACTUR**. Belém: FACTUR, 2017.

ALBERTO, Diana P. Sá. 264 f. **Emília Snethlage e Heloísa Alberto Torres: Gênero, Ciência e Turismo na Amazônia do século XX**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do Turismo**. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do Turismo**. 12. ed. São Paulo: Editora SENAC SP, 2007.

CANCLINI, Nestor Garcia. El patrimonio cultural de México y la construcción imaginaria de lo nacional. In: FLORESCANO, Enrique (org.). **El patrimonio nacional de México**. México: FCE, CONACULTA, pp. 57-86, 1997.

CRUZ, Sílvia H. R. Turismo: a percepção dos residentes da Vila do Pesqueiro, município de Soure, Ilha do Marajó/PA. In: FIGUEIREDO, Sílvia L. **O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1999. p. 175-203.

FIGUEIREDO, Sílvia J. L. **Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

FREHSE, Fraya. **O Tempo das Ruas na São Paulo de Fins do Império**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MENEZES, José Newton Coelho. **História & Turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MOESCH, Marutschka M. **A produção do saber turístico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, J. Laize S.; PANOSSO NETTO, Alexandre. **O pensamento turístico brasileiro: entre a teoria e a prática**. São Paulo: Dialética, 2023.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas**. São Paulo: Roca, 2001.

QUARESMA, Helena Doris de A. B. **O desencanto da princesa: pescadores tradicionais e turismo na área de Proteção Ambiental de Algodão/Maiandeuá**. Belém: NAEA, 2003.

RAMIRO, Patrícia. **Antropologia e turismo: coletânea franco-brasileira**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019.

REJOWSKI, Miriam. **Turismo e pesquisa científica: pensando internacional x situação brasileira**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

SANTOS FILHO, João dos. **Ontologia do Turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2005.


THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Projeto Político Pedagógico da Faculdade de Turismo**. Belém: FACTUR/ICSA, 2007.



Artigos do I Seminário sobre História do Turismo na Amazônia





À beira do rio Guamá: lazer e sociabilidade no espaço urbano belenense (meados do século XX)

Elielton Benedito Castro Gomes¹

Na ocasião do I Seminário sobre História do Turismo na Amazônia, realizado em 29 de novembro de 2023, na Universidade Federal do Pará, e organizado pelo Grupo de Pesquisa sobre História do Turismo na Amazônia (GPHTA) – coordenado pela professora Dr.^a Diana Priscila Sá Alberto –, tive a oportunidade de, ao lado das pesquisadoras Dr.^a Helena Doris de Almeida Barbosa e Dr.^a Jessika Paiva França, compor a mesa-redonda “Turismo, Lazer e História”, na qual foram apresentadas pesquisas que tratavam das práticas de lazer e sociabilidades, em Belém do Pará, a partir das perspectivas urbana, histórica e do turismo.

Naquele momento, apresentei uma pequena parte da investigação que realizava como discente do doutorado em História Social da Amazônia (PPHIST) da UFPA acerca das experiências lúdicas e de sociabilidades às margens do rio Guamá, situada no subúrbio da capital paraense, em meados do século passado.

A fala em questão perpassou vários pontos que envolviam não somente as práticas de lazer e sociabilidades, mas também o controle social mediante a presença e a ação de agentes da segurança pública local que se dedicavam à vigilância e à repressão dos modos pelos quais os moradores daquela parcela da cidade fruía e participavam

¹ Historiador e pesquisador das práticas de lazer e sociabilidades em Belém do Pará de meados do século XX. Integrante dos grupos de pesquisa “História, Cultura e Meios de Comunicação” e “História do Turismo na Amazônia”. *E-mail*: elieltonbcgomes@gmail.com.

dos eventos de lazer e entretenimento por eles promovidos, sobretudo, nos bairros do Guamá, da Condor e do Jurunas. Nesse sentido, o texto em questão apresenta um pouco do que foi explanado e compartilhado com os presentes no evento. Boa leitura.

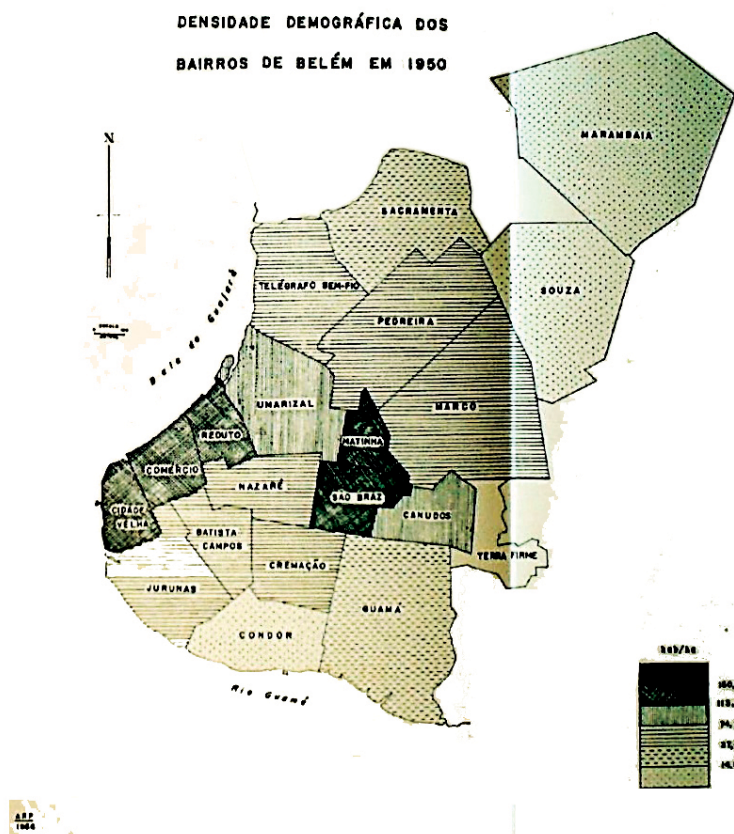
Três bairros em movimento...

Sendo três bairros localizados na parte sul da capital paraense, o Guamá, a Condor e o Jurunas eram, corriqueiramente, apresentados, na imprensa local de meados do século XX, como espaços suburbanos da cidade. Neles, embora prevalecessem problemas de caráter urbano, social e econômico, poderiam ser experimentados momentos de grandes alegrias e descontrações pelas práticas festivas que, datadas ou não, desde o final da primeira metade do século passado, intensificaram-se naquelas paragens e ganharam, cada vez mais, espaços nas páginas de jornais e revistas que circulavam naquela capital.

Esses bairros (Figura 1), localizados na margem rio Guamá, têm, em suas estruturas, um muito portos, dirigidos ou não pelo Estado e de fundamental importância na dinâmica socioeconômica de Belém do Pará. Era por meio dessas áreas portuárias que muitos sujeitos, que se direcionaram para Belém, acessavam a capital paraense de modo que alguns deles se fixavam naquelas proximidades durante o intenso processo de expansão urbana que aqueles *locus* experimentaram nos finais dos anos de 1940 e início dos anos de 1950².

² Sobre o tema, consultar: RODRIGUES, Carmem Izabel. À beira do Guamá... um bairro em movimento. In: VIEIRA JUNIOR, Otaviano; BELTRÃO, Jane Felipe (orgs.). **Conheça Belém, co-memore o Pará**. Belém: EDUFPA, 2008.

Figura 1 – Croqui de distribuição dos bairros de Belém do Pará em meados do século XX



Fonte: Penteado (1968, p. 200).

Esse processo migratório pode também ser considerado como o principal motivo de (re)significação da paisagem urbana, cultural e social de Belém no decorrer do final da primeira metade do século XX, pois também se intensificava o entrelaçamento cultural entre os dois mundos – urbano e rural – numa infinidade de costumes capazes de responder pela nova lógica urbana a partir de então, haja vista que “uma multiplicidade de práticas [vinham] ganhando corpo no transcurso temporal das diferentes situações em que se

envolviam as pessoas que ali estavam”³, pessoas que traziam, junto com suas bagagens, “um conjunto de histórias particulares que aí se encontra[vam], por aí se cruza[vam] e daí [eram] difundidas”⁴.

As ruas, nas quais muitos sujeitos (migrantes ou não) se fixaram, revelavam o grau de pobreza de seus habitantes. Desde, pelo menos, as primeiras décadas do século passado, suas moradas mostravam as dificuldades dos indivíduos que lá viviam. Elas, quase sempre, eram estruturadas por palhas, madeiras, barros e enchimento, tendo seus moradores encontrado, ao longo do tempo, dificuldades para viver e circular nesses espaços, em virtude do “acúmulo de lama, capim e valas, o que se agravava no inverno pelo volume das chuvas, alagando as casas e as ruas, dificultando assim o acesso dos transportes coletivos a essas paragens”⁵.

O Guamá, a Condor e o Jurunas eram locais de moradia de diversos tipos sociais. Neles, poderia ser notada a presença de lavadeiras, sacerdotes afro-religiosos, frequentadores das religiões de matriz africana, do catolicismo e das demais religiosidades locais, brincantes ligados aos grupos folclóricos (Bois-bumbás e Cordões de Pássaros e Bichos), vendedores ambulantes, entre outros, que fizeram desses logradouros um verdadeiro mundo mesclado, derivado do cruzamento de vários segmentos sociais.

Foi nesse cenário que diversos espaços de lazer e sociabilidade floresceram nos anos de 1940, 1950 e 1960. Embora “afastados” do centro da capital paraense, os bares, as sedes, os clubes e as ruas do Guamá, da Condor e do Jurunas atraíam significativa parcela

³ SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da. **A cidade vista através do porto: múltiplas identidades urbanas e imagem da cidade na orla fluvial de Belém (PA)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006. p. 40.

⁴ *Ibidem*. p. 44.

⁵ RODRIGUES, Venize Nazaré Ramos. Cidade narrada: memórias, história e representações. In: FARES, Josebel Akel (Org.). **Memórias da Belém de antigamente**. Belém: EDUEPA, 2010. p. 67.

dos habitantes da cidade, sobretudo, dos sítios próximos a esses arrabaldes, mesmo diante da pouca divulgação, na imprensa local, dos ambientes de lazer e sociabilidade desses bairros.

A partir dos anos de 1940, um amplo circuito de lazer e sociabilidade envolveu os bairros em questão, promovido nas ruas, nos bares, nas sedes e nos clubes que se encontravam por essas imediações. Essas experiências, por diversas vezes, acionavam uma rede de sujeitos que, de alguma maneira, estavam diariamente conectados (familiares, amigos, vizinhos e chegados), extrapolando também, por vezes, as teias sociais criadas pelos próprios moradores de cada um desses espaços.

Nessas áreas próximas à beira do rio Guamá, grandiosos eram os números de espaços dançantes como os clubes que estavam, geralmente, ligados às práticas desportivas, bem como a outras atividades sociais, sendo estas, ocasionalmente, de caráter beneficente. Havia, também, aqueles que objetivavam promover a divulgação e a manutenção do que era percebido por seus diretores e associados como componentes do folclore regional, “é o caso dos grupos que saem às ruas com os seus ‘bois’, sempre acompanhados por uma quantidade razoável de pessoas de vários matizes, homens, mulheres e crianças. Por vezes, o batuque se prolonga durante toda a noite”⁶.

Dentre esses espaços de lazer e sociabilidade espalhados pelo Guamá, pela Condor e pelo Jurunas, destacam-se aqueles que, até os dias de hoje, compõem as opções de lazer dos moradores desses arrabaldes, bem como de sujeitos que se direcionam de outros bairros para essas imediações.

Muitos desses espaços de diversão, espalhados pelos bairros suburbanos, localizados às margens do Guamá, foram fundados antes mesmo dos anos de 1940. Dentre eles, existe aquele inaugurado no

⁶ PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém** – Estudo de Geografia Urbana. v. II. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968. p. 313.

ano de 1915 em uma das principais vias do bairro do Jurunas: o São Domingos Esporte Clube. Além desse, temos ainda em funcionamento a sede de festa do “Leão Jurunense”, mais conhecido como Imperial Esporte Clube, situado na Avenida Fernando Guilhon, antiga rua Conceição.

Nas proximidades desses dois *loci* de práticas esportivas e de lazer, encontra-se o Rancho Não Posso Me Amofiná, barracão carnavalesco de uma das principais escolas de Samba do Jurunas e que, a cada ano, abrilhanta o Carnaval paraense e destaca-se entre as demais agremiações carnavalescas de Belém.

Tomando os caminhos do Jurunas em direção ao rio, chegamos ao bairro da Condor, mais precisamente à Praça Princesa Isabel, na qual está o afamado Palácio dos Bares. Esse espaço de festa, assim como os demais citados, continua em funcionamento e foi responsável por revelar, desde os anos de 1950, nome de sujeitos sociais (artistas, animadores, festeiros etc.) no cenário festivo de Belém.

Além desses ambientes de lazer e sociabilidade, outros, com menos destaques nas folhas de jornais de Belém, também compõem a opção de diversão dos moradores desses bairros e de outros sujeitos que para eles se direcionavam, em meados do século XX, na busca dos prazeres proporcionados por esses espaços como o Esporte Clube Guamá, situado na Avenida José Bonifácio, bairro do Guamá, nº 1014, a Sociedade Beneficente Santíssima Trindade, localizada na Avenida José Bonifácio, bairro do Guamá, nº 892, o Radional E. Clube, estruturado no bairro da Condor, a Associação Atlética Radional, no bairro da Condor, entre outros.

Festas populares e controle social na margem do rio Guamá

Belém do Pará de meados do século passado, em dias festivos, era daquelas cidades que, como sugere Durkheim, em *As Formas Elementares de Vida Religiosa*, incitavam “gritos, cantos,

música, movimentos violentos, danças, procura de excitantes que restaura[vam] o nível vital”⁷, daqueles que deles participavam, independentemente das funções exercidas naquelas experiências de lazer e sociabilidades. Essas festas eram, para além do que foi sugerido, ritos nos quais “os grupos sociais se reafirmam[vam] periodicamente”⁸, em que o dinamismo se encontrava em demasia excitação, bem como “as paixões mais vivas, as sensações mais fortes; existem algumas, inclusive, que só se reproduz[iam] nesse[s] momento[s]”⁹. Desse modo, pode-se dizer que eram práticas cotidianas as quais cada um as compreendia à sua maneira, “eliminando-lhes alguns elementos, acrescentando-lhes outros”¹⁰, fortalecendo, de alguma forma, a solidariedade humana, os vínculos sociais e as conexões dos grupos, sobretudo, no âmbito sociocultural – ações essas necessárias, até mesmo, para a sobrevivência e a reafirmação das comunidades que delas participavam¹¹.

Além disso, é possível lembrar a capital paraense daquele período, em especial, os bairros localizados às margens dela, frente ao processo de expansão urbana e demográfica que Belém do Pará vivenciava em meados do século XX e dialogava com o fluxo intenso de migrantes (particularmente, do interior do estado do Pará) em sua direção. Nesse cenário, eram múltiplas as opções de lazer e

⁷ DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares de Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2008. p. 456.

⁸ *Ibidem*. p. 460.

⁹ *Ibidem*. p. 499.

¹⁰ *Ibidem*. p. 501.

¹¹ As questões aqui apresentadas se baseiam em registros de pesquisas de campo realizadas nas aldeias de povos australianos originários no final do século XIX e que, nesse caso, refere-se a uma capital brasileira amazônica envolvida com o processo de integração nacional (incorporação em projetos estatais de desenvolvimento) por meio da implantação de infraestruturas viárias e de exploração econômica na região. Essa comparação é válida para a universalidade do espírito festivo, cujo exemplo elementar, na visão de Durkheim, seria o dos povos aborígenes australianos.

sociabilidades que incitavam os anseios de parcela significativa dos moradores da cidade que habitavam ou circulavam, diariamente, por aquelas imediações e, por vezes, aproveitavam os lazeres daquelas localidades, mesmo diante da expressiva presença e ação policial naqueles logradouros.

Dentre os principais festejos populares realizados e vividos por significativa parcela da população belenense, encontram-se as festas do Carnaval, as festas juninas e a do Círio de Nossa Senhora de Nazaré. Desde muito tempo, essas experiências festivas fazem parte dos momentos de lazer de pessoas que viviam pelos mais variados espaços da capital paraense, primordialmente, no subúrbio belenense.

Mesmo noticiados pela imprensa local e percebidos por parcela da população belenense como espaços violentos e de grande periculosidade, o Guamá, a Condor e o Jurunas são bairros nos quais pode ser notada uma vida cultural ativa, tendo as festas – datadas ou não – ganhado cada vez mais destaque. Essas experiências de lazer e sociabilidade chamavam atenção não só de brincantes e/ou de transeuntes curiosos que por essas imediações transitavam, mas também da imprensa local que, com frequência, reforçava a imagem de um espaço que necessitava da constante presença policial. Assim, os meios de comunicação apresentavam, sempre que possível, em suas narrativas, discursos de ordem social, enfatizando aspectos morais e comportamentais à época.

Em crônica publicada no jornal *A Província do Pará*, do ano de 1950¹², pode ser identificada, por vários momentos, a visão carregada de estereótipos acerca daqueles espaços, bem como dos moradores que lá habitavam. Nesse sentido, observa-se que, ao mesmo tempo que muitos redatores da imprensa local discursavam em seus textos uma suposta tolerância para com os moradores do subúrbio belenense, outros faziam longas especulações referentes à índole

¹² Jornal **A Província do Pará**. Malandros e Malandragens. 6 de jan. 1950. p. 2.

dos sujeitos suburbanos. Esses trabalhadores da imprensa, também vistos aqui como formadores de opiniões, serviam “como termômetro de equilíbrio dos desajustes sociais [...] em uma sociedade coberta de recalques morais”¹³.

Porém, isso não era suficiente para desanimar os suburbanos nos dias de folia. Diariamente, em especial, aos finais de semana, na ocasião das festas de Carnaval, poderiam ser vistos muitos desses sujeitos (crianças, jovens, adultos e idosos) saírem às ruas, fantasiados ou não, em direção aos estabelecimentos que prometiam, quase sempre, êxitos nas *matinês*, *vespertinas* e *soirées* dançantes promovidas em homenagem ao “maior Rei depôs da girafa”¹⁴.

Isso pode ser verificado no caso apresentado no Jornal *O Liberal*, de 1952. Na notícia em questão, que trazia o título de “As escolas de samba descem prá cidade”, nota-se a programação extensa daquele terceiro sábado de Carnaval “em meio ao maior entusiasmo do povo”. Segundo a nota central da matéria, as escolas de samba de Belém do Pará estavam “dando os últimos retoques para a apresentação dos seus batuqueiros nas grandes batalhas que estão programadas para os mais diferentes pontos da nossa capital”. Além dessas breves informações, outras, de significativa importância, foram apontadas, conforme se observa a seguir.

Aproxima-se o terceiro sábado de carnaval e meio ao maior entusiasmo do povo, estando as escolas de samba dando os últimos retoques para a apresentação dos seus batuqueiros nas grandes batalhas que estão programadas para os mais diferentes pontos da nossa capital.

Domingo será um dia cheio para o bairro do Telégrafo Sem Fio, quando serão realizadas suas monumentais batalhas de confeti. Uma, promovida pelo bar “Luso Brasileiro”, sob a

¹³ DIAS JUNIOR, José do Espírito Santo. **Entre Cabarés e Gafeiras**: um estudo das representações boemias em Belém (1950-1980). Ananindeua, PA: Cabana, 2021. p. 219.

¹⁴ Jornal **O Liberal**. CARNAVAL. 5 de jan. 1951. p. 2.

direção de Amazonas Tapajós e outra no “Sinuca Bar”, sob o patrocínio de casas comerciais do bairro e tendo a orientá-la o locutor Silva Sobrinho, um dos animadores do carnaval no populoso bairro.

Na grande batalha do “Sinuca Bar”, atendendo a um gentil convite, estará presente a escola de Samba “Não Posso Me Amofiná” em sua primeira apresentação aos moradores do bairro do Telégrafo, com toda a sua grande equipe de sambistas. A Pedreira também viverá horas de grande animação, com as duas monumentais batalhas que ali serão levadas a efeito, sob o patrocínio do Pedreira Var e Canto da Felicidade. Na Condor teremos a repetição dos sucessos de domingo passado, com mais uma batalha no Marajoara Bar, tendo à frente o dinâmico João de Barros. Desse modo ao que tudo indica o domingo vindouro será mais um maravilhoso dia do reinado de S. M. Rei Momo – DOMINO NEGRO¹⁵.

Em relação ao Marajoara Bar, localizado no bairro da Condor, na matéria em questão, informou-se que naquele espaço seria efetuada uma “monumental batalha de confeti” com participação de “todas as escolas de samba, blocos, ranchos, maracatus, mascarados e todos os folixes”, sendo reservados, para aquele momento, “lindos troféus e prêmios em dinheiro que serão entregues aos vencedores na monstruosa concentração carnavalesca”, promovida por João de Barros, na terça-feira gorda, na praça que abriga seu bar: a Princesa Isabel. Para esse dia gordo de carnaval, “o mulato” (João de Barros) mandou armar um enorme palanque no qual se apresentaram as orquestras *Universal* e *Martelo de Ouro*, responsáveis por animar os “blocos, ranchos, escolas de samba, carros alegóricos, mascarados e todos os foliões da praça”¹⁶.

Localizado do lado oposto ao Bar da Condor, o Marajoara Bar, assim como os demais espaços de lazer e sociabilidades espalhados por aquelas imediações, tradicionalmente, promoviam “batalhas de

¹⁵ Jornal **O Liberal**. As escolas de samba descem prá cidade. 8 fev. 1952. p. 4.

¹⁶ Jornal **O Liberal**. As escolas de samba descem prá cidade. 8 fev. 1952. p. 4.

confete durante o carnaval”, sobretudo, na Praça Princesa Isabel¹⁷. Diante do exposto, parecia haver uma culminância, principalmente, nos dias finais de celebração da quadra carnavalesca, na qual, embora estivesse em destaque a figura de João de Barros, participavam de sua organização os donos e os representantes de bares e sedes estabelecidos naquelas proximidades.

Na Praça Princesa Isabel apresentavam-se para numeroso público, notadamente formado pelas famílias das adjacências, os seguintes: Rancho Carnavalesco Não Posso Me Amofiná, Tomara que Chova, Boêmios do Campinas, Usinense, Bate Prego – Piratas da Cremação e muitos outros¹⁸.

Embora o bairro da Condor, sobretudo, as imediações em que se encontrava o Bar que trazia o nome daquele logradouro, se destacasse nas notícias referentes a esse momento de lazer e sociabilidade, outros espaços de festas como aqueles situados no bairro do Jurunas e Guamá apareciam, geralmente, em notas e convites, atraindo presença significativa de um público que, de forma corriqueira, transitava por essas cercanias.

Foi o caso da notícia presente no jornal *O Liberal*, de 10 de janeiro de 1951, na qual, em tom de informar sobre as festas que ocorreriam naqueles bairros e convidar os associados e o público em geral para uma “retumbante festa dançante”, o chamado “Grito de Carnaval de 1951” do Imperial E. Clube, situado no bairro do Jurunas, fez-se acontecer.

¹⁷ Informações retiradas da entrevista fornecida, por João de Barros Lopes Filho, ao escritor paraense Salomão Laredo e publicada no livro *Bar da Condor*. Sobre isso, consultar: LARÊDO, Salomão. **Palácio dos Bares: Buate Condor – recanto encantado da cidade morena às margens do lendário rio Guamá. – Bar da Condor – poemas salientes, memória social/emocional, depoimentos**. Belém: Salomão Laredo, 2003. p. 148 - 152.

¹⁸ *Ibidem*. p. 149.

Na festa em questão, visando alcançar “completo êxito dessa noitada em homenagem a S. M, Rei Momo”, os responsáveis por organizar aquela “*soirée* dançante”, ou seja, a “diretoria imperialista”, não pouparam esforços. Para isso, contrataram “um dos melhores jazz-orquestra da cidade, que marcará a cadência para os delírios das animadas cobrinhas em evolução pelos seus salões ornamentados de acordo com a época”¹⁹.

Os dias se seguiram e outras animadas festas “momescas” foram organizadas nesse estabelecimento, marcando o início de “um vastíssimo programa carnavalesco”. A programação em questão, composta de “*soirée*”, “assustados” e “vesperais” estava estruturada da seguinte forma:

**PROGRAMA CARNAVALESCO ORGANIZADO PELO
IMPERIAL E. CLUBE**

Todas estas festas terão o concurso do jazz “Internacional”

Dia 14 – Domingo – *Soirée*

Dia 23 – Terça-feira – Assustado

Dia 28 – Domingo Magro – Vespéral infantil seguido de *soirée*

Dia 30 – Terça-feira – Assustado

Dia 5 – Segunda-feira Gorda – *Soirée* encerrando o programa carnavalesco dêste clube²⁰.

Algumas memórias sobre o Carnaval na Belém de meados do século XX nos contam que os organizadores desses eventos iniciavam suas preparações, de maneira acentuada, no final do segundo semestre do ano que o antecedia. Não à toa, os jornais que circulavam na cidade, sobretudo, nos dias finais do ano corrente, apresentavam notícias e cronograma festivo no qual os primeiros gritos de Carnaval disputavam espaços com aqueles referentes às festas natalinas e de *réveillon* prestes a acontecer no meio urbano.

Ao descrever os primeiros gritos de Carnaval que ocorriam em

¹⁹ Jornal **O Liberal**. Carnaval. 10 jan. 1951. p. 2.

²⁰ Jornal **O Liberal**. Carnaval. 12 jan. 1951. p. 2.

Belém do Pará (do subúrbio ao centro dela, esses “matinais” indicam que a participação dos populares, nos recintos que se encontravam, era alegre e de ordem estabelecida. Segundo o jornal *A Província do Pará*, de janeiro de 1950, “toda cidade festejou a entrada de Ano Novo com vibrante alegria nos clubes, depois de passados os primeiros minutos da meia noite”. Seguido dos cumprimentos e felicitações referentes à chegada daquele novo ano, a animação festiva, na presença de *jazzes* orquestras, era garantida. Estas “executaram as primeiras audições do carnaval de 1950, emprestando mais vibração ainda ao ambiente”²¹.

Se, por um lado, vemos a alegria dos brincantes nas ruas, sedes, clubes, baiucas, praças e demais estabelecimentos de diversão, durante o período carnavalesco, por outro, podemos indicar a forte presença da segurança pública, na figura de seus agentes, proporcionando segurança a alguns que por essas imediações se faziam presentes, mas, ao mesmo tempo, intimidando outros e obstruindo a chegada desses aos demais espaços de lazer presentes por aqueles locais. Ações de derrubada/retirada, sobretudo de bares e baiucas, nos bairros suburbanos de Belém, justificadas em discursos de urbanização e saneamento daquela parcela da cidade, também reforçavam a presença desse segmento público por aquelas imediações.

Nota-se, portanto, a forte ação advinda dos setores públicos com aqueles espaços “afastados” do centro de Belém. Essa vigilância era sistemática por considerar aqueles agrupamentos sociais de difícil controle, em decorrência dos reflexos de opiniões que facilmente poderiam ser encontrados nas páginas de jornais que circulavam à época.

É importante destacar que esses atos de violência, obstrução e derrubada dos estabelecimentos situados no subúrbio, nos quais se faziam presentes agentes de segurança pública, não era de

²¹ Jornal **A Província do Pará**. O Reveillon na Madame Garés. 3 jan. 1950, p. 5.

exclusividade do processo de expansão e higienização dessa margem de Belém do Pará. Quando se tratava de festas, mormente, daquelas com destaque no meio urbano, intensificavam-se as ações policiais por aquelas imediações.

Considerações finais...

Os bairros do Guamá, da Condor e do Jurunas, bem como as práticas sociais que envolviam os moradores dessas localidades, encontravam-se inseridos em um contexto sociocultural que criava, reelaborava e reproduzia determinados comportamentos e significados que se refletiam nos seus modos de viver. Neles, identificamos uma dinâmica urbana em que se sobressaiam as experiências lúdicas e sociais, marcadas por uma forte vigilância policial e que, mediante denúncias ou representações negativas acerca daquelas localidades, faziam-se constantes, inibindo e vigiando a vivência desses sujeitos.

As múltiplas formas de viver naquelas áreas e percebê-las, expressadas pelas relações que, cotidianamente, eram estabelecidas e, muitas vezes, aproximavam ou distanciavam os que ali transitavam, permitiram visualizá-las como parte fundante de uma cultura festiva belenense, que, ao longo daquele tempo, era de interesse dos moradores do subúrbio, mas também de pessoas que se identificavam com ele.

Referências

DIAS JUNIOR, José do Espírito Santo. **Entre Cabarés e Gafeiras: um estudo das representações boemias em Belém (1950-1980)**. Ananindeua, PA: Cabana, 2021.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares de Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2008.

LARÊDO, Salomão. **Palácio dos Bares**: Buate Condor – recanto encantado da cidade morena às margens do lendário rio Guamá. – Bar da Condor – poemas salientes, memória social/emocional, depoimentos. Belém: Salomão Laredo, 2003.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém** – Estudo de Geografia Urbana. v. II. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.

RODRIGUES, Carmem Izabel. À beira do Guamá... um bairro em movimento. *In*: VIEIRA JUNIOR, Otaviano; BELTRÃO, Jane Felipe (orgs.). **Conheça Belém, co-memore o Pará**. Belém: EDUFPA, 2008.

RODRIGUES, Venize Nazaré Ramos. Cidade narrada: memórias, história e representações. *In*: FARES, Josebel Akel (org.). **Memórias da Belém de antigamente**. Belém: EDUEPA, 2010.

SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da. **A cidade vista através do porto**: múltiplas identidades urbanas e imagem da cidade na orla fluvial de Belém (PA). 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

Lazer e Turismo para quem?

Helena Doris de Almeida Barbosa¹

Buscando o prazer...

O lazer é um produto social e, como tal, constitui-se em uma atividade que permeia a trajetória das cidades, tanto em suas expansões como em seus retraimentos, geralmente, marcados pela ausência da vontade popular. Como prática pautada pelo tempo do trabalho, o lazer atende a especificidades e a determinados interesses sociais, sendo reconhecido como um direito social garantido a todos os cidadãos pela Constituição Federal (CF) de 1988.

O estabelecimento legal dessa garantia tornara-se premente a partir da consolidação do capitalismo e da reestruturação do processo fabril em âmbito mundial, revelando que o lazer como direito básico está associado à perspectiva de desenvolvimento, embora, de fato, poucos tenham acesso a esse direito.

Presente no cotidiano da urbe, o lazer vem sendo mediado pela categoria tempo, concentrando-se nas atividades praticadas fora do tempo de trabalho. Este texto busca, então, provocar reflexão acerca do lazer que dispomos e daquele que queremos, mais especificamente sobre o turismo, que é planejado e praticado em Belém, indagando a quais anseios esse turismo atende e como os moradores locais se inserem ou não nessa prática. Além disso, este texto discute a utilização dos espaços de lazer na capital do Estado do Pará, e a

¹ Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo NAEA/UFPA, Professora aposentada e colaboradora do ICISA/UFPA, Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). E-mail: hddoris@ufpa.br.



necessidade de planejamento dessa atividade, com o objetivo de revelar sua importância para a sociabilidade e para a formação de aspectos cognitivos e emocionais dos moradores.

De acordo com Marcellino (2000a) e Bonalume (2022), o lazer deve ser compreendido como a cultura vivenciada no tempo livre do indivíduo, ou seja, é gerado pela sociedade e exerce influência em seu próprio desenvolvimento, aliado à vivência de valores que contribuam para as mudanças de ordem moral e cultural. Ainda segundo esses autores, deve-se vincular a política pública do lazer a uma construção coletiva, processual, que a desvincule do cartesianismo do lazer mercadoria, que visa somente ao lucro, e promova o pleno desenvolvimento do ser humano e do ambiente, relacionando-se com o contexto global e local de modo harmônico, favorecendo a qualidade de vida das pessoas.

Bahia (2014) postula que a cidade é um espaço de interação entre o público e o privado, em que a fragmentação do espaço e do tempo traz consequências para o lazer, como acontece com a criação de espaços e equipamentos de lazer criados pela iniciativa privada, concentrados em áreas nas quais há segregação do acesso (*shopping centers*, parques temáticos, parques aquáticos, cinemas etc.) e destinados a atender ao interesse de determinados grupos sociais, favorecendo práticas de lazer excludentes e ressignificando, assim, a função social das cidades.

Requixá (1977), Camargo (1986; 1999), Marcellino (2000a, 2000b, 2000c), Dumazedier (2001; 2004) e Gomes (2008) estabeleceram parâmetros para a definição do lazer e suas múltiplas ramificações e propriedades que vêm sendo adotadas e/ou adaptadas para as novas realidades vigentes. Por meio das pesquisas desses autores, entende-se o lazer como um fenômeno moderno, proveniente da tensão entre o tempo da natureza e o tempo do relógio, pautada pela artificialização do tempo do trabalho. Portanto, o tempo do lazer surge da organização das classes trabalhadoras no embate com os

donos dos meios de produção em busca de direitos e de desfrutar o tempo do não trabalho para o prazer.

Como produto cultural, o lazer abrange diversos interesses humanos, assim como variadas linguagens e manifestações, efetuadas no tempo livre das obrigações e necessidades. Nesse sentido, de acordo com Dumazedier (2001), o lazer apresenta, de forma geral, caráter liberatório, desinteressado, hedonístico (prazer) e pessoal. Essas propriedades variam de um contexto para outro, tal como as classificações e atividades delas decorrentes, como o turismo, centrado na mudança de paisagem, ritmo e estilo de vida, com vistas a alterar a rotina diária.

No início do século XXI, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo é uma das atividades que apresenta crescimentos econômicos significativos, constituindo-se em um dos principais elementos geradores de renda e emprego em nível mundial (Alcobia, 2021). Por ser uma atividade multidimensional e ter, como principal fonte de matéria-prima, os recursos naturais, históricos e culturais, o turismo vem se instituindo como um “fenômeno” da sociedade contemporânea, marcado pela crescente necessidade de lazer e de recuperação dos desgastes físicos e mentais do cotidiano urbano-capitalista.

O turismo também pode ser entendido como uma produção cultural, delineada a partir de contextos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Nesse caso, surge sob uma perspectiva economicista e elitista, associado a viagens e deslocamentos – herança da Revolução Industrial, que gerou mudanças na estrutura econômica, social, ambiental e política mundial, estimulando a formação/ampliação de cidades (Acerenza, 2002; Rejowisk; Solha, 2002; Molina, 2003; Cisne; Gastal, 2010) e resultando em perdas e ganhos aos trabalhadores, como também à burguesia emergente.

Nasce assim o turismo agenciado, aquele vinculado diretamente a nichos de mercado que buscam, acima de tudo, o

lucro. O nascimento dessa vertente, em contrapartida, impulsiona o denominado turismo de massa, direcionado a espaços que tem no lazer e em outras atividades turísticas seus principais vetores de (re) funcionalidade do patrimônio socioambiental, e deles novos códigos, usos e práticas se estabelecem nas cidades/comunidades. Por sua vez, as cidades têm se reconstruindo tanto como espaço de trabalho e moradia como lócus no qual as dinâmicas culturais são produzidas, adequando-se como espaços de circulação, serviços, mercadorias e consumo, para moradores, visitantes e turistas. São espaços de urbanidades e ruralidades.

O caráter multi e interdisciplinar do turismo possibilita interligar diversos eixos em sua atuação, objetivando dinamizar o desenvolvimento econômico, sustentável e social. Potencializar as multiplicidades positivas da atividade é uma das metas dos que estão envolvidos com o turismo. Por conseguinte, as discussões sobre o futuro da atividade e as possibilidades de se articular as perspectivas sociais e ambientais com base na práxis turística estão se tornando mais presentes nas faculdades de turismo e naquelas instituições em que o turismo é uma interface utilizada direta ou indiretamente.

Com a pandemia de Covid-19, que se iniciou no início de 2020, essa atividade multidimensional sofreu um impacto substancial, visto que:

Estamos de acuerdo que la presente crisis no tiene precedentes. Es una crisis sanitaria, social y económica por lo que es muy probable que este episodio modifique nuestras vidas tal cual las conocemos, tanto a nivel individual como colectivo. Por lo tanto, al no estar el sector turístico exento, presenciaremos un antes y un después en la actividad. De hecho, el mundo pareciera haberse detenido y el turismo no haber existido jamás [...] e la Organización Mundial del Turismo (OMT) considera que esta crisis tendrá un costo social tan importante que posiciona al turismo como el sector más afectado, haciendo que toda sus estimaciones y previsiones para este y los próximos años hayan quedado obsoletas por la realidad (Castello, 2020, p. 115).

A crise sanitária mundial também foi analisada por Figueira (2020), que enfatiza o fato de ela ser fruto de um desequilíbrio entre seres humanos e natureza, cujos impactos sobre o turismo imputaram-lhe a necessidade de se reinventar.

Como fenômeno da sociedade contemporânea, o turismo é marcado pela crescente necessidade humana de lazer e de recuperação dos desgastes físicos e mentais do cotidiano urbano-capitalista. A Amazônia, nesse contexto, vem se consolidando como uma das áreas mais visadas para o desenvolvimento da atividade turística, atualmente, direcionado às áreas nas quais a disponibilidade de recursos naturais se coaduna com a perspectiva cultural.

Desse modo, Belém (sua parte insular e continental), cidade amazônica com 408 anos, configura-se como cenário ideal para essa nova dinâmica turística e os novos modos do fazer turístico, como o ecoturismo, cuja força motriz é o equilíbrio milenar entre o ser humano e o ambiente natural, atendendo aos interesses daqueles que apenas transitam pela cidade e de seus próprios moradores.

Turismo para quem?

Ao tratar da atividade turística, o poder público, comumente, privilegia interesses de grupos e/ou agentes exógenos, e quando disponibiliza linhas de créditos para o setor, dificilmente, são acessíveis aos moradores das cidades consideradas vocacionadas ao turismo. Como alternativa, no Brasil e na Amazônia, a atividade se consolidou por meio de uma lógica massificadora, dependente de fatores da natureza, como sol e praia, seguida por eventos culturais. No entanto, a preocupação com a finitude dos recursos naturais e as ameaças ao meio ambiente têm motivado fóruns e debates que buscam minimizar esse processo de degradação, trazendo a lume a questão da sustentabilidade turística e seus desdobramentos.

Um dos segmentos da atividade turística que atende às demandas desse debate é o turismo cultural, que, segundo o Ministério de Turismo (Brasil, 2010, p. 18), “implica em experiências positivas do visitante com o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a favorecer a percepção de seus sentidos e contribuir para sua preservação”, logo, uma forma de valorizar e preservar o patrimônio histórico-cultural do local. Embora o acesso ao patrimônio deva ser proporcionado e estimulado, não somente para os visitantes, mas também para os moradores locais, o que se observa, na maioria das cidades que se consolidam como destino turístico, é que uma considerável parte dos moradores não conhece ou não tem acesso ao patrimônio “turistificado”.

A cidade de Belém do Pará foi fundada em 12 de janeiro de 1616, pelo capitão-mor português Francisco Caldeira Castelo Branco, que a batizou, inicialmente, de Feliz Lusitânia. Com uma população de 1.303.403 habitantes, distribuídos em áreas continental e insular (IBGE, 2022), constitui-se como o segundo município mais populoso da região Norte e consolida-se como portão de entrada da Amazônia, dada a riqueza de seu patrimônio cultural, oriundo do período da *belle époque* (Sarges, 2004, 2010; Quaresma, 2023), quando a visitação a “Paris nos Trópicos” (Figuras 1 e 2) foi impulsionada. Nesse período:

[...] a região amazônica passou por inúmeras mudanças urbanas de embelezamento decorrentes do fluxo de capital gerado pelo ciclo da borracha. A construção de uma ferrovia dentro da “selva” amazônica, bem como o crescimento das cidades da região por conta do fluxo da borracha, são elementos que mostram o poder do homem, não apenas o material, mas o simbólico, de dominar e sobrepujar a natureza a serviço do capital (Quaresma; Maia, 2019, p. 68).

Entre essas ações de embelezamento, voltadas também para a divulgação da cidade na Europa, estava incluída a implementação de estruturas e espaços de lazer para visitação e turismo: hotéis, praças,

bulevares, teatros, cinema etc., além de produções culturais, que emergem delineadas por contextos sociais, econômicos, políticos e ambientais que privilegiam a elite emergente.

Esse tipo de processo de urbanização é complexo e ambíguo, gerado historicamente, dele decorrem produtos culturais que tendem, cada vez mais, a atuar sobre as próprias instituições que os determinam (Dumazedier, 2001). Desse modo, o turismo em Belém emerge associado aos deslocamentos, ou seja, sob uma perspectiva economicista e elitista que reserva essa atividade, como prática econômica, à burguesia, fruto da pós-revolução industrial e associada ao ciclo da borracha. O turismo, portanto, tem sua gênese associada às viagens.

E quem é esse viajante?

Figura 1 – Grande Hotel



Fonte: Pará (1998).

Figura 2 – Theatro da Paz em 1898



Fonte: Souza (2010).

Faz-se necessário saber quais elementos são acessados por ele: espaços, indivíduos, logradouros, serviços etc. A partir dessa resposta, reflete-se acerca do uso da cidade e do patrimônio local para o turismo para aqueles que passam pela cidade. E quanto aos moradores? Em quais espaços transitam? Como suas necessidades são atendidas? Há, evidentemente, ônus e bônus nesse processo. Como modificar esse modelo, comumente, pensado para uma minoria? Como incluir áreas e segmentos sociais, de modo geral, deixados à margem desse uso/prática?

Século XXI, um novo momento se estabelece. Belém se prepara (Figuras 3) para sediar a COP30². A cidade agora, similarmente à

² A chamada Cúpula do Clima (COP) (Conferência das Partes), da Organização das Nações Unidas (ONU), é realizada anualmente desde 1994, tendo sido idealizada em 1992, durante a ECO-92, no Rio de Janeiro,

belle époque, moderniza-se para os olhos estrangeiros, enquanto seus moradores tornam-se (ou permanecem) invisíveis, pois as dinâmicas sociais presentes no lazer e no turismo não percebem tais sujeitos, assim como os espaços ditos periféricos³, que há anos precisam de obras básicas. Passa-se a questionar para quem, afinal, o turismo oportuniza o desenvolvimento do sentimento de pertencimento pela cultura e pela cidade.

Essas obras sempre se mostraram necessárias à dinâmica da cidade, a fim de atender a seus moradores. No entanto, realizá-las requer vontade política, parcerias e comunhão de esforços, o que foram viabilizadas somente após o anúncio da escolha de Belém como sede do referido evento, não porque se passou a priorizar as necessidades locais. Governo e Prefeitura devem cuidar também dos “turistas” que moram em Belém e merecem ter sua cidade bem cuidada, primeiro para eles mesmos, depois para os visitantes.

Tal assertiva parte do princípio de que o morador local pode também ser um turista em sua própria cidade. Pensar o turismo para além do viajante requer transformar a atividade para além da prestação de serviços, como um vetor de trocas recíprocas. Propõe-se uma ruptura com o pensamento que privilegia, essencialmente, o viés economicista e invisibiliza o outro por uma prática turística que conduza a novas propostas críticas, conectadas com a realidade local.

quando foi estabelecida a Convenção-Quatro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). A COP é uma conferência para que os países-membros adotem medidas para limitar o aumento da temperatura global, especialmente, por meio da redução da emissão de poluentes (Stallard, 2022).

³ “[...] *periferia* expressa, fundamentalmente, uma desigualdade na distribuição da riqueza no espaço. No momento em que se aplacarem as diferenças sociais entre *centralidade* e *periferia*, essa dicotomia terá um sentido apenas geográfico, esvaziando, assim, a necessidade de uma afirmação política, social e subjetiva por meio do conceito *periferia*. Enquanto isso não ocorrer, o conceito *periferia* segue vigente” (D’Andrea, 2020, p. 35).

Figura 3 – Obras prioritárias para a COP30



Nota: Acima, da esquerda para a direita: complexo do Ver-o-Peso; duplicação da avenida Bernardo Sayão; abaixo, da esquerda para a direita: revitalização do Parque do Igarapé de São Joaquim; Mercado de São Brás.
Fonte: Sóter (2023).

O turismo pode ser um canal de emancipação, de conhecimento e de valorização do outro (imagens, culturas e identidades), gerando possibilidades de escolhas. Nesse sentido, indaga-se: quem é o turista do século XXI em um cenário pós-pandêmico? Qual práxis turística que queremos? Qual o nosso papel como moradores, locais, estudantes e/ou profissionais da área de turismo? Como efetivá-lo?

À guisa de reflexão...

O turismo é uma atividade multifacetada e interdisciplinar que precisa ser pensada e planejada com base na percepção e nas necessidades da cidade e de seus moradores, a partir de um outro olhar. Faz-se necessário desenvolver a compreensão das múltiplas dinâmicas da cidade e sua relação com o lazer e com o turismo, as quais podem ser reestruturadas e repensadas, criando afetividades comuns, promovendo elo entre os diferentes, o local e o que vem de fora.

Deve-se perceber as assimetrias da cidade (no nosso caso, de Belém – universo continental e insular) e as possibilidades de uso do patrimônio local, em geral, marcado pela falta de acessibilidade, de ações inclusivas, pelo desconhecimento e pela exclusão do uso dos espaços públicos por idosos, moradores de baixa renda, cadeirantes, pessoas com baixa visão etc., quando, em teoria, deveriam ser democráticos. Pensar o turismo apenas como atividade econômica e elitista é limitar seu potencial, sua função de vetor de inserção e acessibilidade social, de valorização da história e da memória local, de trocas culturais, da educação não formal, do sentimento de pertencimento e da vivência da alteridade.

Há que se ressignificar as cidades para que se constituam em espaços de sociabilidade, devendo ser valorizada e cuidada para o morador local e, conseqüentemente, para aquele que a visita. Deve-se compreender a necessidade de estimular os moradores de Belém, temporários ou não, mais especificamente os invisíveis, a se identificarem com a cidade e seu patrimônio, como espaço de sociabilidade, que não é de uso exclusivo dos turistas, mas da coletividade também, que, historicamente, é responsável pela constituição e manutenção desse mesmo patrimônio.

Há que se romper com a concepção de turista estabelecida pelo mercado e compreender que outras concepções podem e devem ser

valorizadas, fazendo da cidade um espaço de encontro, de inserção e do direito de escolhas, de cultura, de lazer, de serviços, de práticas, de vida.

Referências

ACERENZA, Miguel Ángel. **Administração do turismo**. Bauru (SP): EDUSC, 2002.

ALCOBIA, Orlando. O mercado turístico global na perspectiva geográfica de Milton Santos. **Ateliê do Turismo**, Campo Grande, v. 5, n. 2, p. 245-264, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/download/13703/9403/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BAHIA, Mirleide Chaar. **O lazer e as relações socioambientais em Belém, Pará**. Belém: NAEA, 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo cultural**: orientações básicas. 3. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010.

BONALUME Cláudia Regina. O lazer das mulheres: uma ação política. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 42-60, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/36324>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CAMARGO, Luiz Otávio. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1999.

CAMARGO, Luiz Otávio. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CASTELLO, Vanessa. Desafíos y oportunidades para el turismo en el marco de la pandemia COVID-19. **Cuadernos de Política Exterior Argentina** (Nueva Época), [S.l.], n. 131, p. 115-118, jun. 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7497247.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2024.

CISNE, Rebeca; GASTAL, Suzana. Turismo e sua história: discutindo periodizações. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 4., 2010, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos...** Caxias do Sul: UCS, 2010. p. 1-12. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/09/Turismo%20e%20sua%20historia.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos *periferia e sujeitas e sujeitos periféricos*. **Novos Estudos CEBRAP: Dossiê Subjetividades Periféricas**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 19-36, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/whJqBpqmD6Zx6BY54mMjqXQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: SESC; Perspectiva, 2001.

FIGUEIRA, Luis Mota. Turismo e crise sanitária mundial: um olhar sobre a adaptação resiliente. In: FIGUEIRA, Luis Mota; OOSTERBEEK, Luiz (orgs.). **Turismo mundial, crise sanitária e futuro: visões globais partilhadas**. Tomar (Por.): IPT; Unesco, 2020. p. 119-140. Disponível em: <http://www.cda.ipt.pt/download/ebooks/CRENT-ebook-17.6.2020-turismo-crise-global-.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024.

GOMES, Christianne Luce. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: UFMA, 2008.

IBGE. **Censo 2022**: Belém. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e humanização**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2000a.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer**: uma introdução. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000b.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). **Lazer**: formação e atuação profissional. 3. ed. Campinas: Papirus, 2000c.

MOLINA, Sérgio. **O pós-turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

PARÁ. Secretaria de Cultura. **Belém da Saudade**: a memória de Belém do início do século em cartões postais. 2. ed. Belém: SECULT, 1998. Disponível em: <https://fauufpa.files.wordpress.com/2015/03/belc3a9m-da-saudade.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2024.

QUARESMA, Luis Augusto Barbosa. **De imigrantes na Amazônia a nobresem Portugal**: Visconde de Monte Redondo, Visconde de Penedo e Visconde de Nazaré. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. Disponível em: https://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2022/2022_QUARESMA_Luis_Dissertacao.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

QUARESMA, Luis Augusto Barbosa; MAIA, Máira Oliveira. A estrada de ferro Belém-Bragança (EFB): memórias e usos para além da integração. **Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR**, Penedo, v. 9, n. Especial, p. 62-79, mar. 2019. Disponível em:

<https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/7091/5214>. Acesso em: 20 jan. 2024.

REJOWSKI, Mirian; SOLHA, Karina Toledo (orgs.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

REQUIXÁ, Renato. **O Lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. **Belém**: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. **Memórias do velho intendente**: Antonio Lemos (1869/1973). Belém: Paka-Tatu, 2004.

SOUZA, Roseane Silveira de. Teatro da paz: histórias invisíveis em Belém do Grão-Pará. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 93-121, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-47142010000200003>

SÓTER, Gil. Belém sede da COP 2025: confira as principais obras anunciadas para receber o evento internacional. **G1 Pará**, Belém, 26 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/05/26/belem-sede-da-cop-2025-confira-as-principais-obras-anunciadas-para-receber-o-evento-internacional.ghtml>. Acesso em: 2 fev. 2024.

STALLARD, Esme. COP27: qual a importância da Cúpula do Clima para o futuro do planeta. **BBC News**, 5 nov. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63507433>. Acesso em: 10 fev. 2024.

A Pastoral do Turismo como agente protagonista na Educação Patrimonial do Círio de Nazaré

Joyce Karoline da Silva Ferreira¹

Introdução

O Círio de Nazaré é uma das maiores manifestações religiosas do Brasil. Reúne mais de 2 milhões de pessoas pelas ruas de Belém, no segundo domingo de outubro, para saudar e homenagear a Rainha da Amazônia. Tradição que transcende o aspecto religioso, abrangendo, também, dimensões históricas, culturais e sociais de extrema relevância para os paraenses.

Nesse contexto, a educação patrimonial emerge como uma ferramenta basilar para a preservação e a valorização desse patrimônio imaterial que é o Círio, proporcionando a compreensão e a perpetuação das tradições ligadas à devoção à Nossa Senhora de Nazaré, imagem encontrada pelo caboclo Plácido em 1700 às margens do igarapé Murutucu.

Em vista do exposto, este trabalho busca explorar a importância da educação patrimonial do Círio de Nazaré, destacando a contribuição da Pastoral do Turismo para a construção de identidades, o fortalecimento do sentimento de pertencimento e a promoção do turismo cultural paraense. Para tanto, será apresentado o início da devoção mariana em Belém, o Círio como Patrimônio Imaterial da Humanidade e as práticas e as iniciativas educacionais desenvolvidas pela PASTUR Basílica de Nazaré.

¹ Bacharel em Turismo e integrante da Pastoral do Turismo em Belém (PA).



A devoção mariana em Belém

Dubois (2023) conta que a devoção à Nossa Senhora de Nazaré vem de Portugal trazida pelos jesuítas. Eles ergueram no Pará diversas capelas dedicadas à Virgem de Nazaré nos municípios do Acará, Boa Vista, Quatipuru, Viseu, Bela Vista, Muaná, Aveiro e Vigia, antes mesmo de Plácido encontrar a imagem na capital paraense. A devoção em Belém é um dos pilares culturais e religiosos mais marcantes da região Norte do Brasil. Uma das maiores procissões católicas do mundo, o Círio de Nazaré é o ponto alto dessa devoção, reunindo milhões de fiéis todos os anos em uma demonstração de fé e gratidão à Virgem.

Conforme apresenta Machado (2014) e Dubois (2023), a história da devoção remonta ao final do século XVII, quando em 1700, uma imagem de 28 centímetros de Nossa Senhora de Nazaré foi encontrada por Plácido José de Sousa, que havia saído para cortar lenha, caçar ou levar o gado para saciar a sede, a alguma distância de sua humilde habitação localizada ao sul da estrada do Maranhão, também conhecida como estrada do Utinga, à margem de um igarapé.

Plácido pensava que a Imagem fora de algum peregrino em viagem para o Maranhão, pois era ali o ponto dos viajantes beberem água. Também podia ser de um cristão que, surpreendido pelos índios, fugira ou morrera sem poder abrigar a estatueta [...] A Choupana de Plácido, levantada, no ponto de água ao depois, era procurada como pousada na estrada do Maranhão e, por isso, muitas pessoas conheciam a Imagem, que principiou a receber ceras e outros donativos (Dubois, 2023, p. 83-84).

Padre Florêncio Dubois discorre, em seu livro, pequenas curiosidades sobre Plácido e sua família, coletadas de material histórico. Plácido José de Sousa era um homem de cor parda, natural de Vigia, septuagenário, casado com Ana Maria de Jesus,

também paraense. Plácido pertencia a uma das primeiras famílias colonizadoras do Pará, era filho de Manoel Aires de Sousa e sobrinho de Aires de Sousa Chichorro, capitão-mor da Capitania do Grão-Pará em várias fases do período colonial.

Desde o encontro da imagem, a devoção à santa cresceu exponencialmente, devido a esse intenso fluxo da estrada do Maranhão e à procura pela choupana de Plácido com finalidade de hospedagem é que muitas pessoas conhecem o “Milagre do Achado”, o achado da imagem de Nossa Senhora de Nazaré, tornando-se um dos símbolos mais emblemáticos da religiosidade paraense.

Aumentando a visita dos viajantes à Sagrada Imagem, Plácido construiu a primeira ermida, pequeno e simples oratório, no qual, futuramente, seria erguido o santuário. Em 1736, com a ajuda do amigo Antônio Agostinho, edificou-se a segunda ermida. Uma constituição modesta coberta de palha de ubuçu e um altar de pedra, paralela à Basílica de hoje, como afirma Dubois (2023).

Ao longo dos séculos seguintes, a igreja passou por várias reformas e ampliações para atender à crescente devoção popular. O templo foi expandido e remodelado diversas vezes para comportar o grande número de fiéis que visitavam o local.

A construção da Basílica de Nazaré como a conhecemos hoje teve início em 24 de outubro de 1909, sob a supervisão do Padre Luiz Zoia, que propôs uma reprodução em escala menor da Basílica de São Paulo em Roma. A obra foi assinada pelo arquiteto italiano Gino Coppedè e pelo engenheiro Giuseppe Predasso. Em abril de 1918, a obra foi entregue ao Padre Afonso Di Giorgio, responsável pelo embelezamento, o qual a ornamentou com mármore, mosaicos e vitrais, levando até o fim o revestimento, e batizou-a como “A Maravilha do Pará”. Em 19 de julho de 1923, o templo recebeu do Papa Pio XI de Roma o título de Basílica Menor (Machado, 2014; Basílica Santuário de Nazaré, 2024).

O primeiro Círio de Nazaré teve origem no entusiasmo de um nobre português, Dom Francisco de Souza Coutinho, que ocupava o cargo de capitão-geral do Rio Negro e de Grão-Pará. Ao chegar em Belém no ano de 1790, testemunhou a fervorosa veneração dos devotos à imagem da Virgem Maria. Profundamente inspirado, o capitão decidiu conferir mais destaque à celebração, visando atrair a atenção de todo o Estado, de acordo com Dubois (2023) e Basílica de Nazaré (2024).

No dia 3 de junho, antecipando a festividade que, tradicionalmente, ocorria em 8 de setembro, organizou uma grande feira de produtos da biodiversidade amazônica, intentando centralizar o comércio na capital. Cada vila ou cidade do interior foi convocada a contribuir com itens para a exposição. No entanto, o capitão-geral adoeceu e, temendo não poder cumprir sua promessa de inaugurar a feira, comprometeu-se a, caso se recuperasse, ir à Ermida buscar a imagem da Virgem e conduzi-la até o Palácio do governo (atual Palácio Lauro Sodré), onde seria realizada uma missa. Após a melhora de Dom Francisco de Souza Coutinho, a promessa foi cumprida em 8 de setembro de 1793. Na ocasião, todas as autoridades civis e militares estiveram presentes, além de uma multidão de devotos.

Com o passar desses 230 anos, o Círio sofreu diversas intervenções no trajeto, na inserção da berlinda, da corda, do manto, de novas romarias, data de realização e outros elementos que são símbolos significativos e compõem a história e a tradição da festa da Rainha da Amazônia.

O Círio de Nazaré: Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade

A palavra “Círio” tem sua origem do latim *cereus* (“de cera”), sendo uma imponente tocha, como a vela Pascal, que era carregada durante a procissão, ou tendo, ainda, sua abundância transportada

pelos fiéis em diversos formatos como cabeças, pés, animais, barcos e outros objetos de cera, conhecidos como milagres ou “ex-votos”. Dubois (2023, p. 96) descreve poeticamente círio como “o CÍRIO é litúrgico, é simbólico. O CÍRIO é o corpo que se desfaz; é a chama, é a alma que guia o corpo.

O Círio de Nazaré é uma das mais significativas expressões de devoção mariana do Brasil e foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 2013. Esse título consagra a relevância cultural, histórica e social dessa manifestação religiosa para a comunidade paraense e para o país como um todo. Segundo o IPHAN (2014, n.p.):

A lenda que envolve o achado, em 1700, da imagem de Nossa Senhora de Nazaré por um caboclo denominado Plácido. [...] A relevância do Círio de Nazaré como manifestação cultural pode ser reconhecida no longo e dinâmico processo que reitera e constrói essa celebração há mais de 200 anos.

O processo de reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade reforça o valor do Círio de Nazaré como um bem coletivo que transcende fronteiras geográficas e religiosas e representa a identidade e a diversidade cultural do povo paraense. Tal distinção serve também para valorizar e preservar essa tradição ancestral, incentivando a sua continuidade e seu fortalecimento ao longo do tempo.

Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (Unesco, 2003, n.p.).

Além disso, o reconhecimento do Círio de Nazaré, com mais de 230 anos, como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade significa que as comunidades, as autoridades locais e as instituições responsáveis pela gestão do patrimônio cultural têm uma responsabilidade partilhada para sua proteção. Isso inclui tomar medidas para proteger, promover e divulgar essa expressão e respeitar e valorizar os conhecimentos e as práticas a ela associados, garantindo que essa tradição continue a inspirar e unir as gerações futuras.

O surgimento da Pastoral do Turismo

A Pastoral do Turismo (PASTUR) é uma iniciativa da Igreja Católica que surgiu em resposta aos desafios e às oportunidades decorrentes do crescente fenômeno do turismo religioso em diversas partes do mundo. Dentro da Cúria Romana, no Vaticano, a PASTUR está inserida no Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, conforme segue:

O Dicastério promove o desenvolvimento integral do homem à luz do Evangelho e em sulco da Doutrina Social da igreja; dedica atenção especial ao cuidado dos bens da justiça, paz e salvaguarda da criação, bem como a questões que envolvem desmatamento, direitos humanos, mobilidade humana, saúde e obras de caridade, expressando um pedido e atenção do papa ao sofrimento da humanidade, em que estão os necessitados, os doentes e os excluídos. [...] O Dicastério, em sua unidade, é dividido em quatro áreas ou seções funcionais: gerenciamento; pesquisa e reflexão; pastoral e diaconia; migrantes e refugiados. Todas as áreas cooperam para alcançar os objetivos do Dicastério nos setores das periferias da existência, cuidado com a criação, Fé e desenvolvimento integral (Dicastério para o serviço do Desenvolvimento Humano Integral, 2024, n.p.).

Seu surgimento pode ser contextualizado a partir da segunda metade do século XX, quando o turismo passou a desempenhar um

papel cada vez mais relevante na economia global e, conseqüentemente, na vida das comunidades locais. Dando a importância à existência de inúmeras realidades excludentes, discriminação, exploração do homem pelo homem, violência contra o meio ambiente e o patrimônio cultural e religioso, conforme asseveram Filho e Aguirre (2021).

No contexto da Igreja Católica, a preocupação com o turismo ganhou destaque em virtude da crescente busca de fiéis por locais de peregrinações e santuários religiosos, incluindo importantes destinos como Jerusalém, Fátima, Lourdes e, no caso do Brasil, o Santuário de Nossa Senhora Aparecida e o Círio de Nazaré, entre outros. Tal destaque não se dá apenas ao turismo religioso, mas também ao turismo cultural.

A PASTUR surgiu, portanto, como a resposta organizada da Igreja Católica para acompanhar, acolher e orientar turistas, peregrinos e visitantes que procuravam uma experiência cultural. Os seus principais objetivos são promover uma abordagem ética e solidária ao turismo que respeite a dignidade das pessoas, valorize a cultura local, proteja e preserve o ambiente e o patrimônio cultural e contribua com o desenvolvimento global das comunidades receptoras.

A PASTUR está presente em todas as cinco regiões do Brasil. Na Arquidiocese de Manaus (Amazonas), Arquidiocese de São Salvador (Bahia), Paróquia de Santa Rita e Santa Cruz (Rio Grande do Norte), Maranhão, Pernambuco, Diocese de Ipameri (Goiás), na Arquidiocese de Aparecida (São Paulo), Diocese de Niterói – Cabo Frio (Rio de Janeiro), na Diocese de Itapetininga (São Paulo), Dioceses de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo), Diocese de Belo Horizonte (Minas Gerais), Arquidiocese de Maringá (Paraná) e em Belém (Pará) desde 2014 com a PASTUR Basílica de Nazaré. Em seguida, houve a formação dos núcleos da PASTUR Catedral, PASTUR Vigia e a mais recente na Arquidiocese de Santarém e Vila de Alter do Chão.

A concepção da Pastoral do Turismo da Basílica de Nazaré originou-se a partir do projeto “Conhecendo a Casa de Maria”.

Iniciativa desenvolvida durante o curso de Pós-Graduação em Turismo Sustentável e Ecoturismo na Amazônia, da Turismóloga Janes Cleia Jaques Machado, realizado na Faculdade FIBRA em Belém.

A ideia era estabelecer uma equipe de monitores de turismo para oferecer um atendimento diferenciado aos visitantes da Basílica Santuário de Nazaré. Janes Machado, funcionária da Basílica desde 2006, foi convidada pelo pároco Padre Barnabita Waldeci Sousa a liderar o projeto, mediante a crescente demanda de turistas e visitantes que frequentavam o Santuário sem receber uma orientação adequada. Assim, uma equipe de 13 voluntários foi constituída para desenvolver a monitoria e a visitação gratuita nas áreas internas e externas da Basílica de Nazaré por meio da Pastoral da Acolhida, no espaço Casa de Plácido, Centro de Acolhida aos Romeiros, onde eram fornecidas informações sobre a história e o trabalho de acolhida aos peregrinos (Machado, 2020).

Em outubro de 2014, percebeu-se a necessidade de expandir o projeto para incluir a visita guiada à Igreja, oferecendo informações sobre sua arquitetura e a festa mariana, o Círio de Nazaré. O Pe. Waldeci Sousa abraçou a iniciativa e, nesse mesmo ano, durante uma reunião do Conselho Pastoral Paroquial, oficializou a criação da Pastoral do Turismo em Nazaré.

Desde o seu surgimento, a PASTUR Basílica de Nazaré tem se dedicado a diversas atividades, como a formação de agentes de pastoral, a promoção de eventos e encontros de reflexão, a conscientização sobre a importância do turismo sustentável e a defesa dos direitos dos trabalhadores do setor e da comunidade local.

Pilares da pastoral do turismo e ações da PASTUR Basílica de Nazaré

Os pilares fundamentais da Pastoral do Turismo, assim como as ações da PASTUR Basílica de Nazaré, podem ser resumidos em quatro fundamentos principais:

▪ **acolher:** a Pastoral do Turismo busca oferecer acolhimento e orientação aos turistas, peregrinos e visitantes, oferecendo informações sobre os locais de interesse, os aspectos culturais e religiosos, além de promover um ambiente de hospitalidade e receptividade.

▪ **preparar:** a formação e a capacitação de agentes de pastoral e profissionais do turismo são pilares essenciais da Pastoral do Turismo. Isso inclui a preparação de guias de turismo, líderes comunitários e voluntários para atuarem de forma ética, solidária e responsável no acompanhamento dos visitantes.

▪ **prevenir:** a Pastoral do Turismo se empenha em promover uma abordagem ética e sustentável do turismo, que respeite a dignidade das pessoas, valorize a cultura local, proteja o meio ambiente e contribua para o desenvolvimento ético e sustentável das comunidades receptoras.

▪ **defender:** a defesa dos direitos humanos e sociais dos trabalhadores do setor turístico é outro pilar importante da Pastoral do Turismo. Isso inclui a luta contra a exploração e o trabalho precário, a promoção da justiça social e o apoio às iniciativas de desenvolvimento comunitário.

Esses pilares orientam as ações da Pastoral do Turismo, que busca contribuir para a construção de um turismo mais humano, solidário e responsável, capaz de gerar benefícios reais para as comunidades autóctones.

Atualmente, a PASTUR Basílica de Nazaré conta com mais de 40 agentes pastorais. Entre eles, turismólogos, guias de turismo, estudantes do curso técnico e da graduação, aposentadas, professora, médica, engenheira etc., profissionais de diversas áreas do conhecimento que contribuem, voluntariamente, com o desenvolvimento de diversas atividades.

Durante o ano inteiro, esses voluntários atuam como monitores de visitas guiadas no complexo turístico da Basílica de Nazaré (Basílica Santuário de Nazaré, Memória de Nazaré, Casa de Plácido, Capela Bom Pastor, Estação dos Carros Pe. Luciano Brambilla e Lírio Mimoso). Às terças-feiras, o espaço Memória de Nazaré, coordenado pelo Setor de Atendimento da Basílica (SEATUR), promove o Projeto Memória Cultural, cuja entrada nesse espaço museal privado é gratuito, o que fomenta a visitação da comunidade paroquial, de turistas e pessoas em geral. Alcançando, dessa forma, mais pessoas e disseminando o conhecimento acerca do patrimônio imaterial paraense e da devoção mariana.

Visitas de grupos de turismo, escolas da rede pública e privada de Belém e outros municípios do estado, e até de outros países, são acolhidos pela PASTUR e o SEATUR mediante agendamento.

Conclusão

As pastorais da igreja são manifestações concretas do cuidado do Bom Pastor, que reconhece as necessidades dos abandonados, excluídos e desfavorecidos. Elas permanecem vigilantes perante as diversas necessidades das pessoas, buscando oferecer respostas adequadas aos novos desafios.

Em um contexto no qual milhões de indivíduos deixam suas casas em busca de descanso, entretenimento, eventos religiosos ou outros propósitos, surge a Pastoral do Turismo, cujo objetivo é ser a presença da igreja nos momentos de lazer, recreação e turismo, enquanto promove uma prática turística alinhada aos valores da justiça social, da solidariedade e do respeito à dignidade humana. Cooperando, assim, com o desenvolvimento integral das comunidades e com a construção de um turismo mais ético, responsável e sustentável, que conhece e compreende sua identidade, valoriza sua ancestralidade.

Referências

BASÍLICA DE NAZARÉ. **Centenário da Basílica de Nazaré**. Disponível em: <https://basilicadenazare.com.br/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BASÍLICA DE NAZARÉ. **Histórico**: 230 anos do primeiro círio de Nazaré. Disponível em: <https://basilicadenazare.com.br/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

DICASTÉRIO PARA O SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL. A missão. Disponível em: <https://www.humandevopment.va/pt.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

DUBOIS, Pe. Florêncio. **A devoção à Virgem de Nazaré em Belém do Pará**. Belém, 2023. Edição comemorativa ao Jubileu do Centenário da Basílica Santuário de Nazaré.

FILHO, Pe. Manoel; AGUIRRE, Pe. Daniel (org.). **Marco histórico e pastoral da Pastoral do Turismo no Brasil**. Brasília, DF: Edições CNBB, 2021.

HENRIQUE, Marcio Couto. Do ponto de vista do pesquisador: o processo de registro do Círio de Nazaré como patrimônio cultural brasileiro. **Amazônica** - Revista de Antropologia. Belém, v. 3, n. 2, 2011. Disponível em: <https://novoperiodicos.ufpa.br>. Acesso em: 10 fev. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Círio de Nazaré completa 18 anos como Patrimônio Cultural do Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br>. Acesso em: 10 fev. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Celebração paraense, Círio de Nazaré, recebe certificado de Patrimônio da Humanidade**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MACHADO, Janes Cleia Jaques. **Guia Conhecendo a Casa de Maria, Manual do monitor de turismo.** Pastoral do Turismo – Basílica Santuário de Nazaré. Belém, 2014.

MACHADO, Janes Cleia Jaques. **O Semear a Pastoral do Turismo: vivências no estado do Pará.** Belém: Paka-Tatu, 2020.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.** Paris, 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2024.



Ascensão dos espaços privados de lazer em Belém e os seus reflexos na sociabilidade urbana

Jéssika Paiva França¹

Introdução

Mesmo que o lazer não deva ser pensado em um tempo e espaço exclusivos, por ser entendido como cultura, conforme defendido por Marcellino (1995) e Gomes (2008), neste artigo, acredita-se que o tempo que a sociedade atual utiliza com o lazer, no ambiente urbano, é prioritariamente o tempo livre (institucionalizado). Resultante de lutas da classe trabalhadora, em prol da redução da jornada diária de trabalho, férias remuneradas, 13º salário, entre outros. Nesse contexto, é possível afirmar que, com a institucionalização das horas de trabalho e de tempo livre social, o mundo da produção passou a influenciar mais fortemente o lazer.

Os impactos decorrentes da institucionalização do tempo livre não eliminaram a dimensão cultural do lazer, permanecendo este, como resultante de escolhas pessoais, por melhor tempo, espaço e tipo de atividades.

A própria rua, mesmo com toda a sua importância no urbano, que ultrapassa os limites de simples lócus de circulação de pessoas e veículos, perde a preferência social quando o assunto se refere ao lazer gratuito na cidade.

¹ Professora da Faculdade de Turismo (UFPA); Bacharel em Turismo (UFPA) e Doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP). *E-mail*: jfranca@ufpa.br.



Essa afirmativa não desconsidera a existência do lazer nesses espaços, apenas qualifica o espaço público e o privado de lazer como *locus* privilegiado no âmbito urbano, que pode assumir diversas formas e funcionalidades. No entanto, o espaço público apresenta, dentre as suas características principais, o conforto ambiental, o livre acesso e certo grau de segurança, que possibilite aos seus usuários formas diversas de interações e experiências de lazer. Nesses espaços, são observadas dinâmicas socioculturais variadas, em que as redes de relações são elaboradas e reelaboradas.

A experiência de lazer, partilhada nos espaços privados da cidade, configura-se como um elemento cultural, fortalecido na sociedade contemporânea, comumente associado ao *status* social dos indivíduos. Nesse aspecto, consolida-se como um importante bem de consumo diferenciador entre classes sociais.

As análises aqui apresentadas partirão da compreensão de que os espaços de lazer são sociais, por esse motivo, refletem as relações de produção e, com elas, as relações de poder (Lefebvre, 2006).

É possível identificar uma forte preocupação dos estudiosos, a exemplo de Dumazedier (1978, 1999) e Marcellino (1995, 2002), com a variável tempo. Qual o tempo do lazer? Seria o tempo que sobra após as longas jornadas diárias de trabalho? Seria o tempo de lazer, residual? Tal preocupação é somada à variável atitude (o que seria ou não considerado lazer?).

Entretanto, surge aqui outro questionamento: qual seria o espaço do lazer, quando pensado no âmbito da cidade e do urbano? Tempo e atitude são, comumente, associados ao lazer, porém necessitam de mais um elemento indissociável: a variável espaço.

Espaço, tempo e atitude, ao serem entendidos dialeticamente, conduzem-nos a refletir sobre o papel dos espaços de lazer na cidade contemporânea. Vale enfatizar que o tempo livre e o lazer instituem-se em um direito constitucional assegurado pelo Estado à sociedade,

o que não acontece com o espaço. Isso torna questionável a ausência da variável espaço dentro das discussões do lazer no âmbito da cidade, sendo essa uma estratégia urbana dinamizada pelo Estado em parceria com os agentes hegemônicos.

A variável atitude é apresentada por Marcellino (1995) e Muller (2002), dentre outros autores, que apresentam apreensões aproximadas sobre o lazer. Eles interpretam essa variável como um estilo de vida, fruto de escolhas pessoais e obtenção de prazer. Vale enfatizar que esse “prazer”, almejado por meio do lazer, não deve infringir regras de convivência em sociedade. A problematização envolve compreender a transformação dos espaços de lazer em Belém ao longo do tempo, especialmente, a ascensão dos espaços privados de lazer, e como isso afetou a sociabilidade urbana.

Gomes (2004) destaca-se quanto à compreensão do tema lazer, a partir do enfoque cultural, apresentando-o como um acontecimento decorrente da cultura e das inter-relações presentes na sociedade (Pimentel, 2010).

O lazer, entendido como cultura, leva em consideração a história da sociedade e seus diferentes modos de produção, sem, contudo, objetivar encontrar similaridades no pensar e viver o lazer em cada época. Isso ocorre porque o lazer, como é conhecido hoje, não existia, antes da institucionalização do tempo livre. Contudo, o ócio, o brincar, o recriar e o entreter-se como elementos associativos do termo prazer sempre existiram, na verdade, estavam presentes nas relações do homem em sociedade. Isso leva a crer que o lazer não é novo, originário da sociedade capitalista industrial, o que fortalece a confirmação do termo lazer como associativo de cultura.

Nesse contexto, traçou-se como objetivo primeiro identificar e refletir acerca dos primeiros espaços privados, destinados ao lazer da sociedade belenense ao longo dos séculos XIX e XX e os principais impactos na sociabilidade urbana.

O aporte metodológico sustentou-se em pesquisas bibliográficas e documentais, utilizando postulados de Marcellino (1995) e Gomes (2008), que abordam a cultura do lazer e o tempo livre. Assim como Lefebvre (2001, 2006) que aborda a relação entre espaço, relações de produção e poder na cidade. Dumazedier (1978, 1999) e Marcellino (1995, 2002) são citados em relação à variável tempo e atitude no lazer e Cruz (1973), Tocantins (1987) para traçar a história dos espaços de lazer em Belém. As pesquisas documentais realizadas em arquivos públicos do Estado possibilitaram a organização cronológica da fundação dos principais espaços privados de lazer da cidade de Belém, bem como a sua projeção cartográfica.

Transformações no lazer em Belém no início do século XX

No período compreendido entre 1840 e 1920, a Amazônia ganhou destaque no âmbito do capitalismo mundial, em decorrência da **economia da borracha**, em que Belém se transformou na principal responsável pelo escoamento da produção para as demais cidades e países, passando por um processo de modernização na segunda metade do século XIX. Os impactos ultrapassaram os limites de Belém e Manaus, refletindo na econômica nacional. É a partir do ciclo da borracha que o aumento populacional e a expansão urbana, em direção ao interior da parte continental, foram ampliados. Em 1872, existiam 61.997 habitantes, levando Belém a se posicionar entre as cinco cidades com maior população urbana no país.

Houve uma perceptível organização do espaço urbano, que foi acompanhada de modificações nos hábitos culturais. Os cronistas dos jornais “A Província do Pará” e “O Liberal do Pará”, sob influências políticas, faziam comentários antagônicos sobre o Teatro da Paz e sua estrutura e beleza. Certamente, a política influenciou no modo de

ver e utilizar os espaços de lazer na cidade. Tanto que “um cronista da época faz comparação da Belém de 1900 a uma pequena Paris. No bom-gosto, no luxo, no movimento comercial, na intimidade com os vícios elegantes da civilização, na propensão à cultura brasileira que reúne os atrativos de uma cidade europeia” (Tocantins, 1987, p. 139).

O início do século XX é representativo em termos de delimitação econômica e cultural da cidade de Belém, pois foi a ocasião em que a cultura de lazer em espaços privados ganhou força entre os pequenos grupos de empresários e comerciantes, resultando na fundação de vários clubes. “A real Tuna Luso, Clube Universal, Esporte Clube e o Clube Internacional monopolizavam as preferências da sociedade. Grandes bailes foram então promovidos, aos quais compareciam as damas ostentando os mais ricos e bonitos vestidos” (Cruz, 1973, p. 426).

O aproveitamento do rio para fins de lazer surgiu nesse momento com a propagação de atividades náuticas pelos clubes, que se aperfeiçoaram nas atividades de remo. Outros clubes e associações são citados em documentos da época, como: Paysandu Esporte Clube; Pará Clube; Automóvel Clube do Pará; Círculo Militar; Tuna Luso Comercial; Associações dos antigos alunos maristas; Rotary Club; Jôquei Club; Iate Club; entre outros. “O Clube do Remo, um dos mais populares de Belém, em plena Avenida Nazaré, oferece piscina, campo de vôlei, salão de dança, restaurante, num ambiente de arquitetura moderna” (Tocantins, 1987, p. 369).

Com a propagação dos clubes esportivos, constituiu-se, na cidade entre as elites, uma cultura de lazer em espaços privados, nos quais podiam ostentar joias e roupas, em grandes bailes, como os bailes de máscaras, a festa das Flores, entre outros, que entraram para a história local. Durante os finais de semana, as famílias se reuniam nas piscinas e restaurantes dos clubes, dotados de infraestrutura poliesportiva.

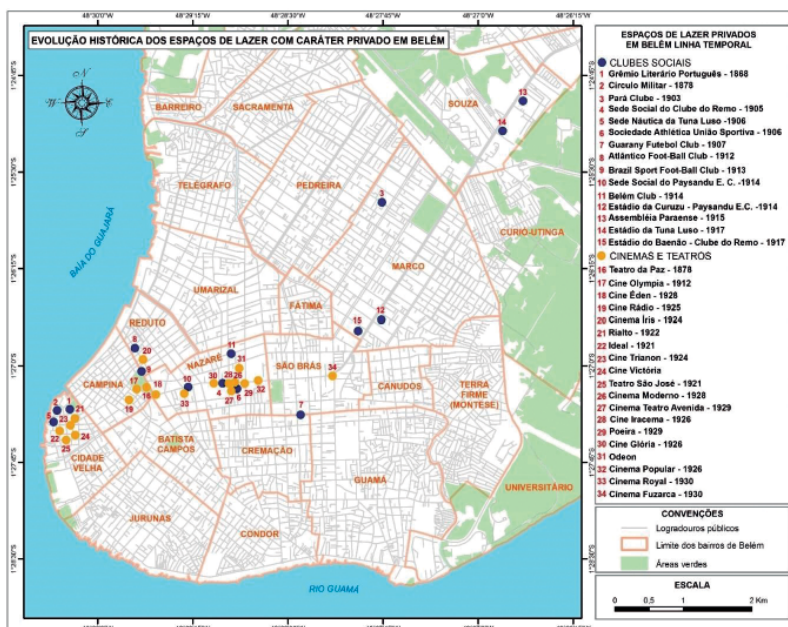
É possível afirmar que a disseminação dos clubes durante o século XX marcou, fortemente, a dinâmica de lazer das elites na cidade de Belém, dando a estes um aspecto mercantilizado.

O Mapa 1 é representativo em termos de localização dos principais espaços de lazer, citados nos registros históricos, utilizados pelas elites locais em fins do século XIX e início do século XX. Nele, é possível identificar a localização dos clubes sociais, cinemas e teatros, com os respectivos anos de fundação.

Os clubes sociais-esportivos encontram-se identificados com a cor azul, a citar: Grêmio Literário Português (1868); Círculo Militar (1878); Pará Clube (1903); Sede social do Clube do Remo (1905); Sede Náutica da Tuna Luso (1906); Sociedade Atlética União Sportiva (1906); Guarany Futebol Club (1907); Atlântico Foot-Ball Club (1912); Brazil Sport Foot-Ball Club (1913); Sede Social do Paysandu Esporte Clube (1914); Belém Club (1914); Estádio da Curuzu-Paysandu (1914); Assembleia Paraense (1915); Estádio da Tuna Luso (1917); Estádio Evandro Almeida – Baenão (1917).

Para a identificação dos principais cinemas e salas de projeções, utilizou-se como fonte principal a dissertação de mestrado de Carneiro (2011) por abordar a experiência do cinema nos anos de 1920 em Belém. Estes foram sinalizados no mapa com a cor amarela, incluindo, nesse item, os teatros: Teatro da Paz (1878); Cine Olímpia (1912); Cine Éden (1928); Cine Rádio (1925); Cine Iris (1924); Rialto (1922); Ideal (1921); Cine Trianon (1924); Cine Victória; Teatro São José (1921); Cinema Moderno (1928); Cinema Teatro Avenida (1929); Cine Iracema (1926); Poeira (1929); Cine Glória (1926); Odeon (Início do século XX); Cinema Popular (1926); Cinema Royal (1930); e Cinema Fuzarca (1930).

Mapa 1 – Evolução histórica dos espaços de lazer com caráter privado em Belém



Fonte: França e Ferreira (2017) .

É possível detectar no Mapa 1 uma intensa concentração de clubes esportivos, cinemas e teatros, especialmente, nos bairros de Nazaré e Cidade Velha, revelando uma associação com os bairros do centro, habitados por populações com maior renda. Na sequência, aparecem os bairros da Campina, Reduto, Souza, e São Braz.

Alguns espaços existem ainda hoje com as mesmas características físicas e funcionais, como a Assembleia Paraense, o Clube do Remo, o Clube do Paysandu, a Tuna Luso, o Teatro da Paz, o Cinema Olympia, entre outros.

O lazer das elites, entre o fim do século XIX e o decorrer do século XX, foi caracterizado pela frequência a teatros, cinemas, salas de projeções de filmes, piscinas e clubes esportivos. Esses

espaços eram compreendidos pela sociedade local como altamente seletivos, pois requeriam a associação do frequentador, com pagamento mensal de taxas, como no caso dos clubes esportivos. Esses hábitos de frequência a espaços privativos de lazer permanecem até os dias atuais.

Na cidade propriamente dita, o turista encontrará inúmeras piscinas em casas particulares, nos clubes, no Instituto Nossa Senhora de Nazaré dos Irmãos Marista, no Instituto Agrônomico do Norte. O belemense é sociável e obsequioso. Convite para banho de piscina vem espontâneo e prazenteiro. Uma apresentação, dois dedos de conversa, um elo de simpatia, e pronto, 'a casa está às ordens, venha no domingo à nossa piscina (Tocantins, 1987, p. 369).

O futebol no Estado do Pará foi trazido por ingleses que trabalharam na produção gomífera em 1896, porém ganhou força na cidade somente no ano de 1902 quando foi fundado o Sport Clube do Pará. Esse esporte foi incentivado pelo Estado e pelas elites com a realização de competições em espaços públicos da cidade, a exemplo das praças Floriano Peixoto e Batista Campos. A reunião de pessoas atraía a atenção de curiosos e despertava o interesse da população para esse tipo de lazer.

O mesmo caminho foi seguido pela prática da canoagem, que se disseminou rapidamente enquanto prática esportiva e de lazer, beneficiando-se do potencial hídrico local. Momento em que, em 1905, um grupo composto por associados do Sport Clube decidiram fundar o Clube do Remo.

Nesse período, o rio ganhou destaque na mídia por se tornar lócus de lazer das elites, que estavam em constante sintonia com os acontecimentos internacionais, no que tange à aquisição de novos hábitos culturais, refletidos na busca por diversão e variadas formas de lazer. O rio passou a despertar, paulatinamente, o interesse da população de maior poder aquisitivo na cidade e, conseqüentemente,

transformou-se em pauta de discussões governamentais quanto ao planejamento da cidade e de espaços localizados em seu entorno.

É importante enfatizar que as formas de lazer das camadas populares pouco foram citadas na história, revelando ocultação das diferentes realidades, no que tange à utilização da cidade e de seus espaços para fins de obtenção de diversão.

As principais atividades das classes populares identificadas nos livros e registros históricos são manifestações culturais, particularmente, originárias dos negros e índios, a exemplo das rodas de batuque, danças e banhos de rio. No entanto, permaneceram durante longo período na clandestinidade, sendo proibidas pelo poder público local. A frequência aos largos e logradouros da cidade era regida por um código de postura, que impedia o acesso de pessoas com vestimentas consideradas inadequadas na época.

É nítido nas publicações de jornais e documentos da época que o lazer das elites se apresentou com destaque, obtendo, nos meios de comunicação, um importante aliado para a sua consolidação. É imperioso destacar que esses jornais eram administrados por pessoas de maior poder aquisitivo e influências políticas, que, por meio de suas matérias, propagavam a ideologia do poder dominante no período.

Transformações urbanas e culturais em Belém

Com a decadência da produção gomífera e a saída do poder do Intendente Antônio Lemos, a economia e a produção urbana de Belém sofreram impactos entre 1910 e 1920. Para Vidal (2008), houve uma desaceleração na produção urbana, em especial, na arquitetura. “A cidade refletia nos anos trinta a situação de uma economia débil, na carência e mau estado das infraestruturas, e na falta constante de energia elétrica e água” (Vidal, 2008, p. 2).

Nesse período, são observadas nas produções bibliográficas de autores como Penteado (1966; 1968) que os governantes locais, apesar de apresentarem uma certa preocupação com a renovação urbana, pouco foi alcançado em termos práticos, em decorrência dos impactos gerados pela queda da produção gomífera na região. Predominou por um longo período uma mentalidade saudosista da Belle Époque, com relação às intervenções públicas no âmbito do urbanismo local. A escassez de recursos, impossibilitou grandes progressos, como os percebidos em décadas anteriores.

De acordo com Vidal (2008), o crescimento econômico local só é novamente percebido na década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas, no âmbito federal, e Magalhães Barata, no governo de Belém (Vidal, 2008).

Considerações

A proliferação dos espaços privados de lazer, ao longo dos séculos XIX e XX, revelou a forte influência da cultura europeia nos tipos e formas de lazer, que foram beneficiadas pelas riquezas produzidas pela borracha, bem como a influência do tempo e do espaço na forma como as pessoas desfrutam o tempo disponível na cidade. Nos meios de comunicação da época, o lazer era predominantemente associado às elites, que frequentavam clubes sociais, teatros, cinemas e envolviam-se em atividades náuticas. O rio desempenhava um papel significativo nesse contexto, sendo um local de lazer para a classe mais abastada.

A conformação dos espaços privados de lazer em Belém é um reflexo das transformações econômicas e culturais. Nesse sentido, é possível afirmar que os espaços privados de lazer foram criados para atendimento das necessidades de visibilidade e convivência de uma elite sustentada pela economia gomífera, revelando desigualdades sociais e desafios relacionados à democratização do lazer e da cidade.

Em suma, o lazer é uma parte essencial da cultura e da vida urbana, assim como as escolhas de lazer são influenciadas pelo contexto social, econômico e espacial. Nesse contexto, evidenciou-se a importância de considerar as diversas formas de lazer e as variadas experiências das classes sociais na cidade de Belém ao longo do tempo, entendendo a cidade e as suas ruas como propícias para o lazer e a sociabilidade.

Referências

CARNEIRO, Eva Dayna Felix. **Belém entre filmes e fitas**: a experiência do cinema, do cotidiano das salas às representações sociais nos anos de 1920. Belém: UFPA, 2011.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Coleção Amazônia. v. 3. Belém: UFPA, 1973.

DUMAZEDIER, Joffre. **Questionamento teórico do lazer**. Porto Alegre: Centro de Estudos de lazer e recreação Pontifícia Universidade Católica do RS, 1978.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva; Sesc, 1999.

GOMES, Christiane Luce. **Lazer, trabalho e educação**: Relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GOMES, Christiane Luce (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. 1901. Trad. Rubens Eduardo Frias. SP: Centauro, 2001.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e humanização**. Campinas: Papirus, 1995.

MULLER, Ademir. Do entendimento teórico e do lugar de onde surgem as oportunidades de lazer. *In*: MULLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Lazer e desenvolvimento regional**. Rio Grande do Sul: Edunisc, 2002.

PENTEADO, Antônio Rocha. Belém do Pará. **Estudo da Geografia Urbana**. v. 1. Coleção Amazônica. Série José Veríssimo. Belém: UFPA. 1968.

TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão Pará**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

VIDAL, Celma Chaves de Souza Pont. Arquitetura, modernização e política entre 1930 e 1945 na cidade de Belém. **Arquitextos**, São Paulo, ano 8, n. 094.06, mar. 2008.

Itinerários de viajantes pela Amazônia oitocentista

Lucas Monteiro de Araújo¹

No século XIX, a região amazônica foi, repetidamente, visitada por inúmeros homens e mulheres, viajantes naturalistas, que cruzaram o território nacional de norte a sul, leste a oeste. Os registros das “aventuras” vividas nessas expedições se materializam em livros, artigos, diários e cartas que formam a chamada literatura de viagem.

Atualmente, esses materiais despertam o interesse de profissionais como historiadores (das ciências, sobretudo), antropólogos, turismólogos e museólogos que têm neles registros, por vezes únicos, de lugares, pessoas, práticas culturais e saberes.

Dentre a variada gama de informações que a literatura de viagem pode nos oferecer, destacam-se os elementos logísticos. Realizar uma expedição científica significou definir roteiros, buscar estadia, pensar na alimentação, no meio de transporte etc., tudo em um tempo no qual as cartas (que demoram meses, às vezes, até anos para chegar) eram o principal meio de comunicação.

Essas informações são de especial importância para o turismo. Embora seja verdade que o campo não existisse da maneira como o conhecemos na atualidade, examinar a organização e a logística dos empreendimentos científicos do século XIX nos possibilita visualizar os primeiros indícios do que viria a ser o turismo, mas também implica na análise de elementos que, contemporaneamente, são considerados seus objetos de estudo.

¹ Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará.
E-mail: araujo_lucas@outlook.com



Este texto objetiva apresentar alguns desses aspectos estruturantes das expedições científicas oitocentistas. Ainda que responder a perguntas como para onde ir, como ir, onde ficar, o que comer etc. fosse basilar aos expedicionários, muitas vezes, as respostas não estão tão claras nos textos, o que demanda um olhar atento para desvendá-las e para compreender o porquê de elas estarem ocultas.

Estruturamos a apresentação dos resultados em três grandes momentos: antes, durante e depois das viagens. Todavia, conforme poderá ser visto, com frequência, esses tempos se entrelaçaram, pois, na dinâmica natural das expedições, aquilo que havia sido planejado, inicialmente, pelos naturalistas não ocorreu ou precisou ser reformulado ao longo da viagem ou ainda foi deixado para depois.

Por fim, importa dizer que o que apresentamos aqui é o resultado de mais de 10 anos de pesquisas voltadas ao estudo da literatura de viagem, em especial, as narrativas sobre o Arquipélago de Marajó, intensamente, visitado e registrado pelos expedicionários ao longo do oitocentos. Os esforços culminaram em inúmeras publicações, das quais destacamos a tese de doutorado “O que os viajantes levaram: a cultura material marajoara em invenção nos museus brasileiros e norte-americanos” (2021) e a dissertação “Representações marajoaras em relatos de viajantes: natureza, etnicidade e modos de vida no século XIX” (2017).

Antes da viagem

A primeira pergunta que devemos responder diz respeito ao porquê da escolha da Amazônia como destino de viagem. Em linhas gerais, vemos motivações pessoais e institucionais.

Em ambos os casos, vale ajuizar que, no século XIX o Brasil, era relativamente desconhecido da ciência. Esse quadro se instalou após séculos de um forte protecionismo imposto pela coroa portuguesa

em relação à sua colônia, sendo exigida autorização expressa do rei a todos aqueles que quisessem visitar as terras nacionais.

O renomado botânico alemão Alexander von Humboldt ilustra bem o protecionismo. Ele foi impedido de entrar no Brasil, pois havia a suspeita de que estivesse viajando a serviço do governo espanhol, o que seria prejudicial aos interesses portugueses. Em 1800, um documento oficial proibindo a entrada do viajante chegou a ser emitido e enviado aos governos do Grão-Pará e Ceará, com uma recompensa de 200\$000 reis oferecida a quem capturasse o naturalista no território nacional (Marcondes, 2005).

Ainda que essa realidade tenha começado a mudar com a chegada da família real ao Brasil, o fato é que o longo período de forte protecionismo resultou em uma baixa exploração das terras nacionais e no conseqüente desconhecimento de boa parte do território. Quem desejava viajar pelo Brasil contava apenas com alguns mapas bastante imprecisos que mostravam, no geral, apenas o litoral, enquanto os sertões permaneciam em branco (Lima, 2014).

Se, por um lado, esse enredo preocupava os cientistas, por outro, era exatamente esse desconhecimento que atraía os naturalistas. Navegar pelas águas amazônicas significava adentrar um território ainda pouco explorado e desconhecido pela ciência ocidental, fato que aguçava a curiosidade e despertava o senso de descobrimento nos viajantes. A expectativa das aventuras a serem vividas e as maravilhas que aguardavam para serem descobertas por esses intrépidos expedicionários, que arriscavam a vida em nome da ciência, representava um dos seus grandes desejos e fantasias.

Esse foi o caso de Príncipe Adalberto da Prússia. O viajante relatou no seu livro que sonhava com “[...] uma grande viagem por mar que me levasse muito longe pelo mundo afora, porque esse, quase que desde infância, tinha sido um dos meus maiores desejos; minha viva fantasia, atraída pelas maravilhas tropicais, deu-lhe uma direção mais exata” (Prússia, 2002, p. 11).

O desejo pela aventura era instigado pelo desconhecimento das terras brasileiras. O que os viajantes buscavam era se associar a imagem do homem desbravador, aventureiro, destemido e, em última instância, reencenar o “descobrimento” das terras americanas. Essa simbologia encontra em obras como a “Íliada” e a “Odisseia” de Homero, “Os Lusíadas” de Luís de Camões e “Volta ao mundo em oitenta dias” de Júlio Verne, algumas de suas grandes fontes de inspiração.

Todavia, o desconhecido não atraía só os “aventureiros”. Até o Iluminismo, as principais fontes de conhecimento do mundo natural e social eram as fontes clássicas, religiosas (bíblicas) e mitológicas (Said, 2007; Hall, 2016). Isso significou construir uma imagem do território nacional fundada em referenciais fantásticos e quiméricos – o próprio nome do maior rio do mundo, o Amazonas, tem sua origem no mito grego das guerreiras amazonas.

Após o Iluminismo, os estudiosos buscaram se afastar desses referenciais fantásticos, fundando suas análises na observação, na empiria e na experimentação. Para o Brasil, até então conhecido a partir da fantasia, isso significou um novo “descobrimento”, como defende Sérgio Buarque de Holanda (2010), dessa vez com olhares científico-classificatórios.

Some-se a isso o fato que, em 1808, com a chegada da família real ao Brasil, uma série de medidas incentivaram a vinda de expedições científicas e artísticas ao país. Homens e mulheres com interesses diversos foram atraídos ao território nacional para registrar, coletar e classificar o mundo natural e social. A Missão Austríaca, dos famosos naturalistas Johann von Spix e Carl von Martius, e a Missão Artística Francesa, da qual fez parte o pintor Jean-Baptiste Debret, são exemplos de empreendimentos apoiados pela corte monárquica.

Após a definição do local a ser visitado, os expedicionários precisavam organizar a viagem, etapa que demorava, às vezes, mais tempo que a própria jornada ao exterior, posto que demandava

extensa preparação. Era necessário angariar fundos, definir objetivos, roteiro, conseguir cartas de apresentação, preparar materiais, ler o que havia sido escrito sobre o local a ser visitado, dentre outros.

Não pretendemos aqui analisar um por um desses aspectos, mas apenas destacamos dois: primeiramente, importa dizer que foram poucos aqueles que viajaram com recursos próprios – como no caso de Príncipe Adalberto da Prússia, afinal a viagem era empreendimento caro. O mais comum eram os expedicionários contarem com apoio financeiro de alguma instituição ou grupo de instituições interessadas na viagem.

Os museus, que começaram a surgir e popularizar-se no século XIX, foram apoiadores por excelência das viagens. Eles precisavam de materiais para seus espaços expositivos, assim, com frequência, eles patrocinavam ou organizavam expedições de coleta para os quatro cantos do globo. Vários naturalistas vieram ao Brasil graças aos fundos despendidos por instituições museológicas, a exemplo do zoólogo Joseph Beal Steere (financiado pelo Museu de História Natural da Universidade do Michigan), do geólogo Charles Hartt (apoiado pelo Museu Peabody da Universidade de Harvard), Edward Morris Brigham (que contou com aporte financeiro do Instituto Smithsonian), dentre tantos outros.

Em última instância, quando não financiados por alguma instituição ou quando não dispendo de recursos próprios para a viagem, alguns expedicionários chegaram a vender parte de suas coleções para pagar as despesas das expedições. Carla Lima (2014) argumenta que os naturalistas britânicos Alfred Russel Wallace e Henry Bates, por exemplo, enviavam animais empalhados coletados no Brasil para casas de leilões em Londres para serem vendidos e, assim, pagarem pela viagem.

Por fim, vale ressaltar que alguns naturalistas também estabeleceram contato com outros viajantes que haviam visitado o Brasil anteriormente a fim de conseguir cartas de recomendação,

informações privilegiadas e ajuda na delimitação dos itinerários de viagem. Wallace e Bates, mais uma vez, encontraram-se com o entomologista norte-americano Willian Henry Edwards, que havia visitado nosso país na década de 1840, e dele conseguiram recomendações e documentos que viriam a facilitar a viagem. Após a definição do local a ser visitado e organizada a expedição, era hora de levantar âncora e partir rumo ao Brasil.

Durante a viagem

Ainda que os expedicionários buscassem organizar os diferentes aspectos da viagem o máximo possível, a “incerteza” ainda era fator bastante presente. Nesse quesito, importa dizer que os naturalistas contaram com uma ampla rede de apoio formada por políticos e membros da elite local que garantiam o suporte necessário para o bom desenvolvimento dos empreendimentos científicos.

Um exemplo desse apoio emerge logo que os viajantes chegavam a Belém. Com frequência, eles ainda não tinham estadia definida, tão somente a indicação de levar as cartas de apresentação a algum membro da elite econômica ou política local que ajudaria a encontrar algum hotel ou, até mesmo, cederia alguma de suas propriedades para os expedicionários ficarem.

Ganham destaque locais como o Grande Hotel e o Hotel do Comércio², localizados em Belém, bem como as inúmeras rocinhas e as chácaras nas cercanias da cidade, que, tradicionalmente, eram locais de descanso e lazer aos finais de semana dos políticos e membros da elite local, mas que foram, repetidamente, cedidas aos expedicionários.

² Karol Gillet Soares (2008) argumenta que a economia da borracha ampliou, significativamente, as opções de estadia em Belém desde a segunda metade do século XIX. A autora aponta que, em princípio do século XX, a cidade já contava com mais de 50 hotéis e mais de uma dúzia de hospedarias.

Spix e Martius (1997, v. II, p. 293), por exemplo, relatam terem se hospedado na chácara do Coronel Ambrósio Henriques, localizada “um quarto de hora da cidade”. Já a comitiva da Expedição Thayer, chefiada pelo casal Agassiz, teve garantido não só local para ficar, como também espaço para laboratório e depósito:

Uma vez em terra, dirigimo-nos para os vastos edifícios em que estão situados os escritórios e os armazéns do Sr. Pimenta Bueno. Ele teve a gentileza de mandar preparar várias salas grandes e de belo aspecto para servirem de laboratório e depósito; no andar superior, em quartos frescos, bem ventilados, foram alojados os nossos companheiros (Agassiz; Agassiz, 2000, p. 153).

Além de fornecerem estadia na capital da província, a rede de colaboradores também garantia a hospedagem em suas propriedades no interior. Como argumenta Carla Lima (2014, p. 206), “o viajante, longe de seguir para lugares longe de ocupação humana, explorava pontos de coleta a partir de uma base (rocinha, sítio, fazenda, vilas, aldeias etc.) onde houvesse presença humana e recursos necessários”.

O naturalista britânico Alfred Russel Wallace, quando em visita à ilha Mexiana, no Arquipélago de Marajó, de propriedade da família Campbell, uma das mais ricas e influentes da Belém do século XIX, narrou:

Na nossa chegada ali, fomos recebidos pelo Sr. Leonardo, um alemão, a quem apresentamos a carta do Sr. C.[Campbell], que levávamos.

Logo fomos guiados para os quartos, que nos haviam sido destinados na casa, a qual é espaçosa e tem um pavimento superior (Wallace, 2004, p. 126).

O transporte até o interior da província era feito, majoritariamente, por via fluvial. Acerca disso, importa destacar que foi no século XIX que os rios amazônicos foram abertos para navegação

estrangeira, aumentando a quantidade de vapores transitando pela região, como também ampliando, consideravelmente, os locais atendidos pelas linhas regulares (Gregório, 2009). A “Companhia de Navegação e Comércio do Rio Amazonas” e a “*Amazon Steam Navigation Company*” são apenas dois exemplos de empresas que singravam as águas amazônicas no oitocentos e levavam os expedicionários aos mais distantes pontos da região.

A rede de colaboradores das expedições científicas, eventualmente, conseguia passagens gratuitas para os viajantes nos vapores dessas empresas, também enviavam por eles materiais para preparo e armazenamento de coleções, bem como recebiam e despachavam ao exterior os objetos coletados pelos naturalistas. O caso de Joseph Beal Steere é ilustrativo do que dizemos, o zoólogo contou com o apoio de Domingos Soares Ferreira Penna, que, naquele momento, era diretor do Museu Paraense (atual Museu Goeldi). Em correspondências³ trocadas entre dois, Penna registrou o envio de materiais pelos vapores:

Pelo pacote [...] indo 18 do corrente remeti à V. S. alguns vidros vazios para facilitar-lhe a remessa, em álcool, de alguns répteis ou qualquer outro animal que V. S. tenha duplicata com destino ao Museu Paraense.

Quando for preciso algum caixote ou lata de Folha de Flanders, V. S. o obterá na casa do Sr. Antonio Jose de Souza e Silva em Santarém (Penna, 1871, s/n).

Além disso, Steere também conseguiu passagem gratuita nos vapores da Companhia do Amazonas:

Já está tudo providenciado para que não haja mais dúvida a respeito das passagens, nos vapores da Comp. do Amazonas, de um a outro porto de escala. Os Comandantes Talismann (do

³ Esse material é hoje parte das coleções da Biblioteca Histórica Bentley, da Universidade do Michigan, nos Estados Unidos.

Arary), Catramby (do Belém) e Tavares (do Óbidos) tem ordem de receberem a bordo V. S. dando-lhe passagem franca para qualquer ponto (Penna, 1871, s/n).

Ainda que a navegação a vapor tenha sido um importante instrumento das expedições científicas, os navios ainda não conseguiam atender à maior parte da região amazônica. Na realidade, apenas a costa e os principais rios contavam com linhas regulares, os sertões, por outro lado, ainda tinham acesso difícil e, por vezes, ainda eram grandes espaços em branco nos mapas.

Nesse sentido, emerge aqui outra rede de colaboradores que foi determinante para o sucesso das expedições científicas. Moradores locais, indígenas, negros, afro-indígenas e ribeirinhos serviram como guias e auxiliares dos viajantes pelos recônditos desconhecidos da Amazônia. Eles garantiram que os expedicionários conseguissem chegar aonde necessitavam, como também forneceram informações privilegiadas sobre o mundo natural e social da região.

Mesmo tendo papel crucial nos empreendimentos científicos, esses colaboradores locais, frequentemente, tinham seus conhecimentos desqualificados ou desacreditados pelos naturalistas, às vezes, até mesmo sua participação nas expedições era ocultada. Como aponta Kapil Raj (2007), no século XIX, fundou-se a falsa ideia de que a ciência moderna é um fenômeno puramente europeu, todavia, os relatos das experiências vividas pelos viajantes na Amazônia revelam aquilo que historiadores da ciência vêm defendendo como uma ciência híbrida, ou seja, construída em zonas de trocas entre o local e o global (Pratt, 1999; Mignolo, 2003; Safier, 2010).

Casos que ilustram esses conhecimentos gestados nas trocas e as contribuições de ajudantes locais durante as expedições emergem, repetidamente, na pena dos viajantes. Joseph Beal Steere (1871), por exemplo, relatou ter contado com apoio de um negro e dois indígenas para realizar as escavações no teso dos bichos, bem como quem

conseguiu a canoa e forneceu os materiais para esse trabalho foi o padre da vila de Cachoeira no Marajó.

O casal Agassiz também merece atenção, pois, em sua narrativa, eles revelam a prática de contratar indígenas para realizar a própria coleta dos exemplares da fauna local: “os índios daqui são muito destros em matéria de pescaria, e, em lugar de ir colecionar, Agassiz, mal chega a um lugar qualquer, contrata alguns pescadores e fica a bordo superintendendo os desenhos e a preparação dos exemplares à medida que vão chegando” (Agassiz; Agassiz, 2000, p. 170). Ademais, quando aportados na vila de Breves, ao sul de Marajó, eles relatam que a população, informada que eles estariam interessados em “bichos”, trouxe toda sorte de animais vivos que capturaram nas matas ao redor da cidade para vender ao casal.

Em trabalhos anteriores (Araujo; Sarraf-Pacheco, 2018), mostramos que esses exemplares, quando enviados aos museus nacionais e internacionais, tinham suas coletas e informações relativas creditadas, inteiramente, aos naturalistas, mesmo que os próprios expedicionários contradissem isso em seus textos.

Por fim, um último aspecto que desejamos ressaltar no que concerne às expedições diz respeito à alimentação. A cultura alimentar local, com frequência, é mencionada nas narrativas de viagem, variando, ocasionalmente, entre uma surpresa agradável ao paladar, mas também sendo motivo de escárnio e diferenciador social.

O açaí merece destaque como surpresa. O norte-americano John Warren é um exemplo; quando navegando pelos rios do Pará, foi presenteado pelo capitão de seu barco com uma cuia de açaí, bebida que ele considerou deliciosa: “*taking us into the cabin, he [capitão] gave each of us a gourd-shell, filled with sweet beverage of a red color, which we found quite delicious. It was prepared from the berries of the assahy trees [...]*” (Warren, 1851, p. 136).

Por outro lado, o peixe seco com farinha, comumente, é desmerecido e pelo mesmo motivo de escárnio, mas não por seu

gosto, e, sim, por ser o prato mais consumido pelos guias e auxiliares indígenas. Nesse sentido, a comida é menos uma iguaria e mais um diferenciador social, que também é desqualificada por ser parte da cultura daqueles taxados como bárbaros ou degenerados.

Alfred Russel Wallace, quando relacionando as provisões que levava para sua viagem ao interior da Amazônia, fez questão de separar aquilo que era para consumo dos guias e o que era para seu consumo: “[...] levávamos provisões para três meses, consistindo em farinha de mandioca, peixe, cachaça, para os nossos homens; chá, café, biscoitos, açúcar, arroz, carne salgada e queijo [...]” (Wallace, 2004, p. 88).

Em outro momento, quando relatando a parada para uma refeição, ele pontua: “paramos, para almoçar, em um bonito lugar, debaixo de uma linda árvore, onde saboreei uma xícara de café com biscoitos, enquanto os homens se fartavam de peixe e farinha” (Wallace, 2004, p. 134).

O viajante, homem que se imaginava civilizado, educado e iluminado, repetia o ato nobre do chá ou café da tarde inglês, “saboreando” sua refeição e o momento. Os guias, por sua vez, eram vistos como bárbaros, não civilizados, rudes, insensíveis, por isso, incapazes de apreciar o alimento, assim eles apenas “se fartam”, como que em um ato de simples subsistência.

Tudo o que foi registrado até aqui está condensado em livros, artigos, diários e cartas escritas pelos expedicionários antes, durante ou após as viagens. No caso dos livros, eles eram um dos fins primordiais das expedições, pois ali estariam condensadas e tratadas as informações que os viajantes queriam passar para o público leitor, eram essas publicações que garantiriam, no retorno à pátria, a fama e, possivelmente, alguma fortuna aos naturalistas.

Após a viagem

Alguns dos viajantes conseguiram relativa fama quando retornaram para sua terra natal. Suas narrativas de viagem, publicadas

no formato de livros ou como artigo em algum jornal da época, tornaram nomes como Alfred Russel Wallace, Henry Bates, William Edwards, Carl von Martius, Johann von Spix, Charles Darwin, dentre tantos outros, relativamente conhecidos.

Apesar da fama, muitos não conseguiram tirar bons rendimentos financeiros. Henry Bates, por exemplo, mesmo que sua teoria do mimetismo das borboletas tenha ganhado reconhecimento no meio acadêmico, morreu pobre. De igual maneira, Alfred Russel Wallace, cocriador da teoria da evolução – a mais importante, podemos dizer, do século XIX –, também morreu na pobreza (Meirelles Filho, 2009).

Outros viajantes conseguiram angariar posições acadêmicas ou em instituições científicas por sua atuação destacada. Charles Hartt tornou-se professor na Universidade de Cornell; Joseph Beal Steere virou curador no Museu de História Natural da Universidade do Michigan; Orville Derby assumiu posições em inúmeras Comissões Geológicas no Brasil; Paul Marcoy passou a ser diretor dos jardins e parques da cidade francesa de Bordéus, para citar apenas alguns exemplos.

Não podemos deixar de mencionar que alguns dos viajantes também morreram ao longo do percurso, afinal uma expedição pela Amazônia trazia inúmeros perigos, a exemplo das doenças. O famoso expedicionários francês Henri Coudreau faleceu às margens do rio Trombetas no Pará; James Orton faleceu às margens do lago Titicaca no Peru; Léon Rabourdin, um dos ajudantes de Coudreau, faleceu próximo à vila de Currealinho no Marajó; vários membros da expedição chefiada por George von Langsdorff morreram ao longo do caminho.

Mesmo mortos, as narrativas deixadas por esses viajantes, assim como as daqueles que sobreviveram, ajudaram a construir uma representação do território nacional. Mesmo tendo sido gestada

há mais de cem anos atrás, essa imagem continua a ter agência no presente. O caso dos missionários estadunidenses John Fletcher e Daniel Kidder ilustra bem esse fato. Na obra “*Brazil and the Brazilians*”, eles comentam que:

The popular notion of Brazil is [...] Mighty rivers and virgin forests, palm-trees and jaguars, anacondas and alligators, howling monkeys and screaming parrots, diamond-mining, revolutions, and earthquakes, are the component parts of the picture formed in the mind's eye (Fletcher; Kidder, 1879, p. 3).

Em visita recente ao site da “*Lonely Planet*”, uma das maiores produtoras de catálogos de viagem do mundo, saltou os olhos a descrição do Brasil:

[...] Brazil's biodiversity: legendary in scope, its diverse ecosystems boast the greatest collection of plant and animal species found anywhere on earth. There are countless places where you can spot iconic species in Brazil, including toucans, scarlet macaws, howler monkeys, capybara, pink dolphins, sea turtles and thousands of other living species.

Os dois casos compartilham elementos similares – como o culto à fauna e à flora – que demonstram como discursos não morrem ao longo do tempo, mas se modificam e adaptam-se a cada contexto e momento, sem perder, no entanto, parte daquilo que os gestaram.

Os textos de viajantes são uma fonte singular que permite notar a semente daquilo que mais tarde se tornaria o turismo, como também abre espaço para compreender melhor imagens e visões que temos hoje sobre nosso território, nossas gentes, nossos animais, nossas plantas, enfim, representações que temos de nós mesmos, mas que foram gestadas a partir do olhar estrangeiro.

Referências

AGASSIZ, J. L. R.; AGASSIZ, E. C. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Brasília, DF: Senado Federal. 2000.

ARAÚJO, L. M. **O que os viajantes levaram, a cultura material marajoara em invenção nos museus brasileiros e norte-americanos**. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

ARAÚJO, L. M. **Representações marajoaras em relatos de viajantes: natureza, etnicidade e modos de vida no século XIX**. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

FLETCHER, J.; Kidder, D. **Brazil and the Brazilians**. Boston: Little Brown and Company. 1879.

GREGÓRIO, V. M. O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. **Nova Economia**, [S.l.], v. 19, p. 185-212, 2009.

HALL, S. O ocidente e o resto, discurso e poder. **Projeto História**, v. 56, p. 314-361, 2016.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LIMA, C. O. de. **A experiência de campo de Alfred Russel Wallace na Amazônia oitocentista: viagem, ciência e interações**. Tese (Doutorado) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, 2014.

MARCONDES, S. **Brasil, amor à primeira vista!** São Paulo: Peirópolis, 2005.

MIGNOLO, W. **Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG. 2003.

PENNA, D. S. F. **Carta. 1 de abril de 1871**. Bentley Historical Library. University of Michigan.

PRATT, M. L. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC. 1999.

PRÚSSIA, P. A. da. **Brasil**: Amazonas-Xingu. Brasília, DF: Senado Federal, 2002.

RAJ, K. **Relocating modern science**: circulation and the construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

SAFIER, N. Global Knowledge on the Move: Itineraries, Amerindian Narratives, and Deep Histories of Science. **Isis**, [S.l.], v. 101, p. 133-145, 2010.

SAID, E. W. **Orientalismo**: o oriente como invenção do Ocidente. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

SOARES, C. G. **As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, 2008.

SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil 1817-1820**. v. 3. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

WALLACE, A. R. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.

WARREN, J. E. **Pará or Scenes and Adventures on the Banks of the Amazon**. Nova York: G. P. Putnam, 1851.

Círio de Nazaré Patrimônio Cultural Imaterial

Raul Ivan Raiol de Campos¹

Patrimônio Cultural: origem, materialidade e imaterialidade

O termo patrimônio tem origem no latim *patrimonium* e relaciona-se com a herança paterna (*pater*). Em vista disso, no sentido individual, patrimônio é um bem deixado em testamento aos herdeiros (Funari; Pelegrini, 2009). Na Roma Antiga, o patrimônio era tudo aquilo que estava sob o domínio do *pater*. Nesse sentido, tudo poderia ser deixado como herança, não somente os bens materiais, mas também as pessoas (mulher, filhos e escravos) e, inclusive, os animais. Portanto, o patrimônio era individual, patriarcal e aristocrático (Funari; Pelegrini, 2009).

O patrimônio, no contexto coletivo, surgiu tendo como base a sua perspectiva material. O patrimônio coletivo “é sempre algo distante, pois é definido e determinado por outras pessoas, mesmo quando essa coletividade nos é próxima” (Funari; Pelegrini, 2009, p. 9). Ele surgiu ou foi inventado a partir da Revolução Francesa (1789) com a criação do Estado-Nação Moderno, quando os bens do clero e da nobreza foram incorporados à nação francesa, instituindo a categoria de patrimônio nacional.

No Brasil, inicialmente, houve a tentativa de se considerar patrimônio os bens de natureza material e imaterial, conforme previsto no anteprojeto de Mário de Andrade elaborado em 1936 por

¹ Doutor em Desenvolvimento Socioambiental do NAEA/UFGA. Professor da Faculdade de Turismo da UFGA.



solicitação do Ministro da Educação Gustavo Capanema. Mário de Andrade adquiriu notório saber no tocante à diversidade cultural brasileira em suas viagens pelo Brasil.

Seu anteprojeto previa a criação do Patrimônio Artístico Nacional (PAN), que incluía as seguintes categorias: arte arqueológica, ameríndia, popular, histórica, erudita nacional, erudita estrangeira, aplicada nacional e aplicada estrangeira (Lemos, 1985; Bomeny, 1995). Desse modo, Mário de Andrade buscou equacionar o popular e o erudito, o material e o imaterial. Nota-se que Mário de Andrade tinha uma concepção antropológica do patrimônio. Contudo, o anteprojeto, embora aprovado na Câmara e no Senado, não foi efetivado, devido ao golpe Estado em 1937, período denominado de Estado Novo (Campos, 2008).

O Estado Novo desconsiderou o anteprojeto de Mário de Andrade e instituiu uma política de patrimônio, exclusivamente, material. Nesse sentido, coube a Rodrigo de Melo Franco instituir tal política, com a legislação de tombamento (Decreto-Lei nº 25/37) do patrimônio histórico e artístico nacional. Os bens tombados exclusivos da elite brasileira eram relacionados à tradição histórica muito influente naquele período (Campos, 2008). O Estado Novo se apropriou da cultura nacional, pois “[...] uma nação é concebida como legítima proprietária de sua cultura” (Gonçalves, 1996, p. 63).

Durante o Estado Novo, os bens da cultura popular (patrimônio imaterial) eram chamados de “patrimônio cultural não consagrado”. Eles foram assim chamados porque “[...] esses bens estão inseridos numa dinâmica de uso, e expressa valores de outra ordem que não as concepções cultas de história e arte” (Fonseca, 1996, p. 160). Portanto, o patrimônio imaterial não atendia às normas cultas de história e arte estabelecidas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Todavia, o patrimônio imaterial voltou a ser considerado patrimônio brasileiro no final de década de 1970, quando Aloysio Magalhães rompeu com a política de preservação instituída pelo

IPHAN durante o período de Rodrigo de Melo Franco (Campos, 2008). O embrião dessa nova política foi o Centro Nacional de Referência Cultural (CRNC), criado por Aloysio Magalhães em 1975 (Falcão, 1984). Por meio do CRNC, o conceito de patrimônio histórico ampliou-se, incluindo os bens da cultura popular não elitizados (Campos, 2008). Magalhães (1997) tinha uma visão clara da diferença entre o IPHAN e o CRNC, pois IPHAN atuava de cima para baixo, era elitista e tratava de coisas mortas, enquanto o CNRC trabalhava de baixo para cima e com coisas vivas.

Em termo internacionais, o patrimônio imaterial começou a ser considerado a partir da Segunda Guerra Mundial, momento em que os bens culturais não precisavam da mediação de objetos para que fossem representados. Essa percepção é oriunda do Oriente, que, nos países asiáticos, a materialidade não é tão importante para expressar práticas e processos culturais. Assim, documentos importantes sugeriram, dentre eles, a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultural Tradicional e Popular (1989) na 25ª Reunião da UNESCO. Esse documento sugere a identificação, os inventários e o registro das tradições da cultura popular.

Outro documento importante foi a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (2003), que trata, exclusivamente, da problemática do patrimônio cultural imaterial. Esse documento define o patrimônio imaterial ou intangível como:

[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural [...] (UNESCO, 2003, p. 4).

O Brasil criou legislação específica para o patrimônio imaterial, o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 (Brasil, 2000), que instituiu

o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e instituiu quatro livros de Registros: dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. O referido Decreto foi complementado pela Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006 (Brasil, 2006), na qual se entende o patrimônio cultural imaterial como “as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social”.

O processo de registro de um bem imaterial é supervisionado pelo IPHAN. A instrução do processo constará de uma descrição detalhada do bem com seus elementos culturalmente relevantes. O registro de um bem considerado patrimônio imaterial pelo Estado brasileiro “[...] terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira” (Brasil, 2000). Ressalta-se que registro é diferente de tombamento, porque o Estado não impõe sanções administrativas ou punidas sobre o bem registrado (Sant’Anna, 2009).

O Círio de Nazaré: lenda, promessa, sagrado e profano

O termo Círio advém do latim *cereus*, que significa grande vela de cera. Sendo de origem portuguesa, referia-se ao momento em que as pessoas se juntavam para ir em romaria ao Santuário de Nossa Senhora de Nazaré. No Estado do Pará, a devoção à Nossa Senhora de Nazaré iniciou-se no município de Vigia (1697). Em Belém, segundo a lenda, por volta de 1700, o caboclo agricultor e caçador Plácido José dos Santos, ao caminhar pela mata da estrada do Utinga (hoje avenida Nazaré), encontrou a pequena imagem da Virgem de Nazaré às margens do igarapé Murutucu, localizado atrás da atual Basílica de Nazaré (IPHAN, 2006).

A origem do Círio de Nazaré data de 1793 por iniciativa do presidente da Província do Pará, Francisco de Sousa Coutinho, o qual, por sua devoção e preocupação com a economia local, determinou o estabelecimento de uma feira de produtos regionais, seguida de novena, missa cantada e procissão. Em junho do mencionado ano, Francisco Coutinho adoeceu e fez uma promessa: se recuperasse a saúde e pudesse inaugurar a feira, levaria a imagem até o palácio do governo e, depois em procissão, de volta à igreja. Ele se recuperou e, no dia 8 de setembro de 1793, realizou a procissão para cumprir a promessa feita (IPHAN, 2006).

No início, não havia uma data certa para a realização do Círio de Nazaré, podendo ser realizado nos meses de setembro, outubro ou novembro, no período vespertino ou noturno, por isso, o uso de velas. Contudo, a partir de 1854, as chuvas comprometeram o Círio de Nazaré, sendo, então, realizado no período matinal. A oficialização da data no segundo domingo de outubro foi estabelecida em 1901 pelo bispo Dom Francisco do Rêgo Maia.

Nos primeiros Círios, a imagem da santa era conduzida no colo dos bispos, posteriormente, foi introduzida a berlinda, que era transportada num carro puxado por bois. A corda foi inserida da procissão em 1855 por dificuldade de percorrer o mercado Ver-o-Peso, devido à água que transbordava da baía, inundando a rua, dado que não havia calçamento na época. Em 1868, a corda foi oficializada pela diretoria da Irmandade de Nazaré (IPHAN, 2006).

Estruturalmente, o Círio de Nazaré é composto por três segmentos principais: um núcleo prestigiado de autoridades eclesásticas, políticas, civis, militares e irmandades religiosas (próximos da Santa que são os elementos essenciais da procissão); uma fração mediadora de fiéis que carrega a corda e puxa a berlinda; e os milhares de visitantes que acompanham a procissão (Pelegriani; Funari, 2008).

Alves (1980) aponta dois discursos sobre o Círio de Nazaré, o primeiro no sentido estrito do religioso (sagrado) sob a autoridade da Igreja (atualmente, a Diretoria da Festa), e segundo a festa popular proporcionando manifestações livres e espontâneas (profano). Percebe-se que o sagrado e o profano estão presentes no Círio de Nazaré desde o início quando ocorreu a procissão para cumprir uma promessa e a feira de produtos regionais.

Patrimonialização do Círio de Nazaré

O patrimônio cultural pode ser conceituado como o conjunto de bens, materiais e imateriais, que são considerados de interesse coletivo, suficientemente, relevantes para a perpetuação no tempo (Rodrigues, 2012). O patrimônio cultural tem uma relação com a identidade cultural por ser a materialização da identidade (Rodrigues, 2012). Para o autor, uma sociedade constrói sua identidade, especialmente, pelo universo simbólico-religioso, visto que a religião gera um sistema de referências ao qual a sociedade recorre. Portanto, o aspecto simbólico-religioso contribui para a relação de pertencimento da sociedade. O Círio de Nazaré é um dos elementos através do qual a sociedade paraense constrói a sua identidade cultural.

A identidade cultural é central para a patrimonialização, que “pode ser assumida como um processo espontâneo que atribui significados aos artefatos de uso cotidiano. Essa significação não intencional transforma objetos utilitários em bens simbólicos” (Primo, 2007, p. 184). No processo de transformação do artefato em objeto de representação, é importante a tomada da consciência coletiva desse processo de atribuição de valores simbólicos, pois é a consciência coletiva que legitima, socialmente, os objetos enquanto patrimônio (Primo, 2007).

Em relação ao aspecto simbólico, White (1949) menciona que o que diferencia os seres humanos das outras espécies é a capacidade de

simbolizar. Portanto, “todo o comportamento humano consiste ou é dependente do uso de símbolos”. Por isso, o “comportamento humano é um comportamento simbólico” (White, 1949, p. 22). Para o autor, o “símbolo pode ser definido como algo cujo valor ou significado lhe é conferido por aqueles que o utilizam” (White, 1949, p. 25).

Portanto, “o significado ou valor de um símbolo não é em nenhum caso derivado ou determinado por suas propriedades físicas”, isso porque “Os significados dos símbolos são derivados e determinados pelos organismos que os usam” (White, 1949, p. 25). Então, quais são os significados da corda, da berlinda e do manto no Círio de Nazaré? Não há uma resposta exata para essa pergunta, dado que, para as pessoas que vivenciam o Círio de Nazaré, o significado simbólico pode ser de fé, cura, agradecimento, realização, entre outros. Como menciona White (1949), são as pessoas que os usam que determinam seu significado, que está além das propriedades físicas. Portanto, a corda, a berlinda e o manto são mais importantes pelo simbolismo do que aspecto físico.

O processo de patrimonialização do Círio pelo Estado principiou-se quando quatro entidades solicitaram ao IPHAN, em dezembro de 2001, o registro do Círio de Nazaré como Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro: (1) Arquidiocese de Belém, (2) Diretoria da Festividade de Nossa Senhora de Nazaré, (3) obras sociais da Paróquia de Nazaré e (4) Sindicato dos Arrumadores do Estado do Pará (Henrique, 2011). Nesse sentido, o IPHAN instituiu uma equipe multidisciplinar de pesquisa para realizar o inventário para identificar e sistematizar o maior número de informações possíveis sobre Círio de Nazaré. A metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) inclui: levantamento preliminar; identificação; e documentação (Henrique, 2011).

A partir do INRC, buscou-se compreender os sentidos, os significados, as transformações e as atualizações do Círio de Nazaré das pessoas considerados intérpretes legítimas da cultura local e

parceiros indispensáveis na sua preservação. Os critérios usados no dossiê para o registro foram: (1) os elementos que acompanham o Círio de Nazaré desde as suas origens; e (2) outros elementos incorporados mais recentemente à tradição Círio de Nazaré (Henrique, 2011).

Os elementos principais para o título de patrimônio cultural brasileiro do Círio de Nazaré foram: a procissão principal do Círio, as imagens Original e Peregrina de Nossa Senhora de Nazaré, a Trasladação, a berlinda, a corda, o Recírio, o arraial, o almoço do Círio, as alegorias e os brinquedos de Miriti. Os elementos associados ao Círio: a Festa da Chiquita (a partir de 1978); o Arrastão do Boi Pavulagem (a partir de 1999); a Romaria Fluvial (a partir de 1986); e o Auto do Círio (criado em 1993). Efeitos da patrimonialização do Círio o tornaram Patrimônio Cultural do Brasil em 2004 e da Humanidade em 2013 (Henrique, 2011).

É importante ressaltar que quando ocorre o registro de um Patrimônio Cultural Imaterial, o Estado se “apropria” das manifestações culturais populares ou simbólico-religiosas pelo atributo nacional que é dado a essas manifestações. Apesar de o patrimônio imaterial ser associado à classe dominada, não exclui a classe dominante do processo de seleção e registro (Ornelas; Pereira, 2018). O Círio de Nazaré é uma manifestação simbólico-religiosa da população paraense, mas seu registro foi solicitado por membros que representam a classe dominante. Além disso, o Decreto nº 3.551/2000 (Brasil, 2000), que instituiu o registro do Patrimônio Cultural Imaterial, não considera o cidadão como parte legítima para provocar a instauração do processo de registro.

Considerações finais

O processo de patrimonialização de bens culturais pode ocorrer pela atribuição de valores simbólicos aos artefatos de uso do cotidiano que são legitimados socialmente. Pode, também, ser uma ação

intencional do Estado por meio de institucionalização de legislação (tombamento e registro). Portanto, faz-se a seguinte pergunta para discussão: quando o Círio de Nazaré se tornou Patrimônio Cultural Imaterial? Foi pelo registro em 2004 ou pela atribuição simbólico-religiosa dos elementos o compõem pela sociedade paraense?

O Círio de Nazaré desde sua origem sempre foi marcado por dois discursos: o sagrado sob a autoridade da Igreja e da diretoria da festa; e o profano pelas manifestações espontâneas (almoço do Círio, arraial, Festa da Chiquita, Arrastão do Boi Pavulagem, entre outros). Portanto, pergunta-se: o Círio de Nazaré foi registrado como Patrimônio Cultural do Brasil por ser uma manifestação católica ou cultural?

Referências

ALVES, Isidoro Maria da Silva. **O carnaval devoto: um estudo sobre a Festa de Nazaré em Belém**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

BOMENY, Helena B. O patrimônio de Mário de Andrade. *In: A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. p. 11-25.

BRASIL. **Patrimônio imaterial** – disposições constitucionais: normas correlatas – bens imateriais registrados. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

CAMPOS, Raul Ivan Raiol de. **Sustentabilidade, turismo e gestão do patrimônio arqueológico: limites e possibilidades no Maracá (AP) e Serra dos Martírios/Andorinhas (PA)**. 2008. 397 f. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

FALCÃO, Joaquim. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sergio. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984. P. 21-39.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cassia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1996.

HENRIQUE, Márcio Couto. Do ponto de vista do pesquisador: o processo de registro do Círio de Nazaré como patrimônio cultural brasileiro. **Amazônica**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 324-346, 2011.

IPHAN. **IPHAN Dossiê I**: Círio de Nazaré. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

LEMOS, Carlos Alberto C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 262 p.

ORNELAS, Gabriela Vilas Boas; DORALICE, Barros Pereira. Patrimônio cultural imaterial: contradições e reflexões no âmbito da cultura popular. **Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 1-16, 2018.

PELEGRINI, Sandra de Cassia Araújo; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PRIMO, Judite. **A importância social dos museus**: os processos de patrimonialização e de musealização como legitimadores da memória social. XVIII Jornada sobre a Função Social dos Museus, Lisboa, Portugal, 2007. Lisboa: MINOM.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica. **Revista Ubimuseum**, [S.l.], v. 1, p. 45-52, 2012.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: Novos instrumentos de reconhecimento e valorização. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 49-58.

UNESCO. **Convenção para guarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 17 out. 2003. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por. Acesso em: 5 out. 2023.

WHITE, Leslie A. **The science of culture**: a study of man and civilization. New York: Grove Press, Inc. 1949.

Vestindo a fé: análise acerca dos mantos de Nossa Senhora de Nazaré em Belém do Pará

Thamires Beatriz Braga Barros¹

A Festividade Nazarena em que está envolta o Círio de Nazaré é, marcadamente, circundada de rituais que misturam sagrado e profano numa interligação em que quase não se pode dizer onde começa um e termina o outro. Isso se dá muito pelo fato do caráter popular que a festa possui, visto que quem faz ela ser o que é hoje em dia são os participantes que dão significados aos seus rituais. Não se faz o Círio sem os sujeitos que participam dele, pois são eles que fazem com que a festa aconteça.

O Círio de Nazaré acontece no mês de outubro, durante uma quinzena, e possui uma série de procissões, oficiais ou não, isso porque muitas delas foram construídas ao longo do tempo e acabaram se tornando tradição, como é o caso da motorromaria, romaria rodoviária, romaria fluvial, trasladação, entre outros. A procissão principal é o Círio de Nazaré, que sai da catedral da Sé e vai até a Basílica de Nazaré, levando milhões de pessoas a fazerem esse trajeto junto com a santa.

Há nessa festa vários elementos simbólicos que inspiram o devoto a demonstrar sua fé e sua religiosidade, a exemplo da corda que puxa a berlinda, os ex-votos de cera deixados no carro dos milagres, o manto que veste a santa, entre outros. Segundo Bourdieu, os símbolos são instrumentos de integração social, e o poder simbólico religioso lida com a construção da realidade, transformando a visão e a ação

¹ Mestre em História social da Amazônia (PPHIST – UFPA) E-mail: thamiresbarros95@hotmail.com



dos agentes sociais sobre o mundo, e mesmo estando relacionado com os interesses das classes dominantes, só existem porque o que está sujeito crê que existe e atribui poder àquele que o exerce. Ou seja, é um poder legitimado².

Nesse contexto, volto meu olhar aqui para um dos muitos elementos dessa grande festividade, que é o manto da santa. Essa indumentária muda anualmente e surge através de doações realizadas por patrocinadores ou promesseiros para vestir a santa dentro da festividade. Os mantos de tecido são bordados com fios, miçangas e pedras que envolvem a santa durante o Círio. O manto tem uma história incerta, pois não se tem a exata origem de quando surgiu a tradição de se usar a vestimenta na santa dentro da devoção existente no estado do Pará, mas ele sempre é apresentado anualmente como um dos elementos mais aguardados. Por ser mantido em segredo durante o ano, aparecendo apenas nas vésperas da festividade, ele é bastante esperado pelos fiéis, que ficam ansiosos para ver o que estará bordado nos tecidos que envolvem a santa durante a festividade daquele ano.

Há dentro desse processo de doação várias questões a serem ressaltadas, que impactam a vivência da festa pelos sujeitos, bem como emoldura as transformações que a festa atravessou e atravessa, tendo ocasiões marcantes para os devotos, para os doadores e para a Igreja. É preciso assinalar que a imagem da santa não possui um padrão de manto a ser confeccionado todo ano, como ocorre com Nossa Senhora de Aparecida. Pelo contrário, a cada ano um novo manto é confeccionado, os bordados mudam, as cores dos tecidos e das pedras também mudam, bem como as pessoas que o produzem. Por isso, a expectativa dos devotos para assistir à entrega desse manto e aguardar para ver como ele ficará vestido na imagem.

² BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Coleção Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

Os mantos da santa passaram por diversas transformações, sejam referentes à forma e ao tamanho, às características dos bordados ou às pessoas que bordavam. Além disso, sua entrega era uma cerimônia simples (com frequência, nem chegava a ter cerimônia) e, ao longo do tempo, passou a ser um grande espetáculo, contribuindo, assim, para a promoção e a divulgação da festa, entre outras mudanças que ocorreram nos últimos séculos. O que não mudou foi a maneira com a qual o devoto representa a santa: o formato triangular do manto.

É comum ver, durante as trasladações que ocorrem na quinzena da festividade, casas e locais públicos enfeitados. Muitos deles trazem balões, fitas e tecidos em um formato triangular que faz com que as pessoas lembrem do formato do manto da santa e, conseqüentemente, da imagem.

O manto é utilizado para representar a santa. Mais do que uma peça de decoração, ele é estampado em camisas, em fachadas de casas, em cartazes, chaveiros e lembranças. Tudo leva o formato do manto. As pessoas bordam mantos para suas santas das casas ou, até mesmo, escolhem algum no comércio local que traz uma variedade imensa de formatos e cores para a venda. Até na própria Praça Santuário é comum observar o formato triangular estampado nos bancos e em monumentos decorativos. Compreende-se, então, como o manto está impregnado de representações dentro do estado do Pará, principalmente, ligadas à imagem de Nossa Senhora de Nazaré.

Essa indumentária é mais do que apenas um objeto para vestir e decorar a imagem santa; passa a ser um símbolo que a representa quando ela (a imagem) não se faz presente. Segundo Jung, os homens possuem a tendência de formar várias representações simbólicas para um mesmo motivo. Para ele, uma imagem é simbólica quando implica algo que está para além do significado imediato que possui e

está relacionada ao âmbito do coletivo e do inconsciente³. Bourdieu aponta que o poder simbólico é exercido pelos sujeitos, mesmo que estes não se deem conta do que fazem, podendo esses símbolos serem instrumentos de integração social⁴.

Há muito, os santos católicos possuem vestimentas, sejam eles mantos adornados ou tecidos simples. Segundo Moreira, o hábito de vestir imagens tem uma origem pagã do período da Idade Média, no qual as esculturas eram cobertas por mantos colocados em seus ombros⁵. A representação do manto em qualquer espaço remete à santa, e sua materialidade substitui a necessidade de ter a própria imagem presente naquele ambiente. Segundo Hamony:

[...] esse repertório permite reconhecer na reprodução artística sua representação: uma mulher com um menino no colo, ambos com coroas em suas cabeças, e um manto triangular cobrindo a parte posterior do conjunto, em uma igreja, oratório particular e demais espaços de culto cristão, será identificada – por fiéis ou estudiosos, imersos nessa tradição e cientes de sua cultura – como Nossa Senhora de Nazaré.

No Pará, o manto passou a ser uma forma de representar a santa, visto que as pessoas o utilizam para identificar uma imagem como sendo Nossa Senhora de Nazaré. Essa reprodução ocorreu em virtude de a santa utilizar, no decorrer de suas peregrinações na cidade de Belém e fora dela, um manto de tecido bordado. Porém, é importante reconhecer quais as necessidades de se vestir uma santa que já possui vestes entalhadas em sua estrutura.

³ JUNG, Carl G. **O Homem e seus símbolos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2016. p. 18-19.

⁴ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Coleção Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

⁵ MOREIRA, Fuviane Galdino. O manto de Nossa Senhora Aparecida: um esboço, uma análise. **Ouidover**, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 94-106, jan./jul. 2018.

Segundo Moreira, a materialidade física de um objeto, como uma vestimenta, dá espaço à presença de uma imagem que se torna invisível e divina. Para essa autora, isso ajuda a compreender parte da eficácia desse poder simbólico que os mantos de santos apresentam, dado que essa indumentária é um artigo imaginado e imaginário, que se une aos fiéis na esfera da imaginação, envolvido, assim, nas interações sociais que os sujeitos presenciam⁶.

Para a autora, não é necessária apenas a bênção nos tecidos para torná-los sagrados, mas a interação que estes fazem com o devoto, pois são eles quem escolhem a que objeto direcionará sua devoção. Assim, o imaginário advindo do devoto age em contato com o sagrado, vindo da igreja, criando objetos divinos.

Como apontado por Hamony, foi a partir do 25º Concílio de Trento, em 1563⁷, que as imagens passaram a ser cobertas por mantos em tecido bordados. Isso se deu muito pelo fato de algumas imagens representarem Maria amamentando⁸ ou com o seio de fora. Ao longo do tempo, essas representações foram consideradas “sensuais”, desse modo, o manto começou a ser usado para cobrir qualquer parte desnuda da imagem⁹. Todavia, mesmo imagens que não possuem partes desnudas adquirem mantos de tecido bordados, como é o caso de Nossa Senhora de Nazaré em Belém.

⁶ MOREIRA, Fuviane Galdino. O poder simbólico da vestimenta: reflexões sobre a cerimônia do manto de Aparecida. **Colóquio de Moda**, 14., PUCPR, 2018, p. 2-3.

⁷ O Concílio de Trento foi uma reunião com todos os bispos da igreja Católica, convocada para resolver questões disciplinares ou doutrinárias da igreja cristã, o primeiro Concílio foi convocado pelo papa Paulo III para assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesiástica e foi realizado na cidade de Trento, região do Tirol Italiano. O 25º Concílio foi convocado pelo papa Pio IV. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Conc%C3%ADlio_de_Trento. Acesso em: 6 ago. 2020.

⁸ Segundo Hamony, uma das representações mais comuns de Maria é a de Nossa Senhora do Leite, justamente em razão do caráter maternal aderido à sua imagem por ser a mãe de Jesus, e seu leite acabou por tomar o ar de sagrado também, pois alimentava o salvador. Op. Cit. Hamony (2017).

⁹ *Ibidem*.

Vestir santos, segundo Moreira, é um costume e prática social produzidas, materialmente, pelo homem. Os cristãos escolhiam vestimentas nobres para honrar aquele corpo, podendo servir para reafirmar classe ou posição social. Mesmo esse sendo um estudo ainda negligenciado, a autora aponta que seria a base para compreender o comportamento humano através da observação de objetos artísticos¹⁰, na medida em que os mantos ultrapassam o sentido de objeto, transformando-se em representações das mais variadas.

Essas representações podem se transformar de acordo com o público que está envolvido, como o manto de Nossa Senhora Aparecida, que buscou representar, a partir de um período, a identidade nacional brasileira¹¹. Os mantos de Nazaré são mais voltados a representações variadas, porque os modelos mudam de ano em ano, cada um trazendo símbolos e significações diferentes.

Segundo Calvi e Furlan, a indumentária pode trabalhar para inserir e identificar o homem no seu contexto social. As vestes católicas, em especial, chamam atenção por conta do seu teor histórico-teológico desenvolvido ao longo dos anos. As vestes, segundo os autores, apresentam um grande teor cultural, podendo-se compreender através delas o hábito de diversas religiões que identificam suas crenças e religiosidade mediante os signos que as constituem¹². Para os autores, as características e os simbolismos das vestes sagradas poderiam ter nascido dos hábitos que a sociedade possuía e possui em servir a religião.

As necessidades de se vestir um santo seriam diversas. Dependendo dos sujeitos que absorvem o processo, serviriam tanto para ressaltar poder e posição social, quanto para a identificação

¹⁰ Op. Cit. Moreira (2018, p. 94-106).

¹¹ *Ibidem*.

¹² CALVI, Gabriel Coutinho; FURLAN, Ana Paula. A influência da moda nas vestes sagradas e sua evolução como produto mercadológico. **13º colóquio de moda**. UNESP – Bauru, SP, 11 a 15 de out. de 2017, p. 3.

dos participantes da festividade, que apreendem as representações presentes no manto e fazem com que elas façam parte de seu cotidiano.

Outra questão são os bordados que, segundo Ferreira, constituem uma história da produção artesanal de uma região. Além de serem veículos de reprodução das histórias religiosas e saberes individuais e coletivos, podem também constituir um dos elementos de identidade de uma história¹³. Calvi e Furlan ressaltam que há um tipo de diálogo teológico entre Deus e o povo através dos bordados, das cores e formas que possuem as vestimentas católicas, além de contarem uma história e transmitirem uma mensagem para o povo que assiste¹⁴.

Segundo os autores, enquanto moda, as vestes sagradas se utilizam do fenômeno da mentalidade coletiva, já que também trabalham essa mentalidade e a consolida através das relações com os indivíduos que celebram o catolicismo. Para Luzia, uma devota entrevistada, o manto adquire esse ar de sagrado e proteção aos devotos da santa¹⁵:

[...] o manto representa pra nós, pro povo católico, um momento de proteção da virgem para com seus semelhantes, então eu falo: oh, minha nossa Senhora, protege-me com teu manto, cobre com o teu manto. Então, a gente tem muita fé que o manto dela vá nos trazer bênçãos.

Segundo histórias difundidas na região, a imagem de Nazaré em Belém, encontrada por um caboclo, já estava vestida com um

¹³ FERREIRA, Isabella Karim Morais. Bordando histórias, construindo narrativas: Um breve relato de estudos sobre a prática do bordado no Brasil. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 7., Universidade de São Paulo, 10 a 14 de novembro de 2014. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2014.

¹⁴ Op. Cit. Calvi; Furlan (2017, p. 8).

¹⁵ Maria Luzia Sabá Lopes; 58 anos, Professora. Entrevista cedida em 2015.

pequeno manto triangular, ou uma capinha¹⁶. A imagem da santa tida como original (a que foi achada por Plácido) possui 38,5 cm de altura e fica na Basílica de Nazaré¹⁷. Ela é intitulada “Gloriosa” e fica, hoje em dia, no altar da igreja, de onde é retirada poucas vezes no ano. Essa imagem deixou de sair no Círio por volta de 1920¹⁸, sendo substituída, nas trasladações, pela imagem do colégio Gentil Bittencourt que pertence às irmãs da congregação Filhas de Sant’Ana, que residem no colégio. Segundo Monteiro, a imagem do Gentil representa Nossa Senhora do Amparo e ficou sendo utilizada até 1969, quando foi encomendada uma nova imagem para as trasladações.

Sendo assim, foi adquirida uma terceira imagem, a que está presente até os dias atuais: a intitulada Peregrina¹⁹. Ela foi encomendada pelo vigário local da época, Miguel Giambelli, ao escultor italiano Giacomo Mussner. Essa é a imagem conhecida como “peregrina” porque faz o trajeto do Círio, as visitas em estabelecimentos e as viagens para fora do Estado entre outros eventos²⁰.

Ambas as imagens, Gloriosa e Peregrina, estão em pé, o que as diferencia da escultura de Portugal (que teria sido esculpida por São José), uma vez que essa é uma santa que mede aproximadamente 38,5 cm contando com uma base posta posteriormente. Sem a base, ela mede 25 cm e está sentada com o seio de fora amamentando o menino Jesus²¹. Nas duas imagens de Belém, o menino aparece nos

¹⁶ MAUÉS, Raymundo Heraldo. **O homem que achou a santa**: Plácido José de Souza e a devoção à Virgem de Nazaré. Belém: Basílica Santuário de Nazaré Padres Barnabitas, Arquidiocese de Belém, Casa de Plácido, 2009.

¹⁷ IPHAN. **Dossiê IPHAN I**: Círio de Nazaré. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora Brasil, 2006.

¹⁸ MONTEIRO, Walbert. **Círio de Nazaré**: Meu olhar de fé. Belém: Preservar, 2018. p. 105.

¹⁹ Op. Cit. IPHAN (2006).

²⁰ BONNA, Mizar Klautau. **Meus 80 Círios**. Belém: Verde Guia, 2017. p. 94-100. / Op. Cit. Monteiro (2018, p. 105-107).

²¹ HAMONY, Idanise Sant’ana Azevedo. **Imagens devocionais de Nossa Senhora de Nazaré**: Iconografia, devoção e conservação. Tese. Universidade

braços da mãe com um orbe azul com uma cruz dourada nas mãos, que representaria o domínio de Cristo sobre o mundo²².

Nos dois casos (imagem Gloriosa e Peregrina), são utilizados mantos para cobrir a santa, porém o manto da imagem Gloriosa é fixo, trata-se de uma estrutura que desacopla e pode ser acoplada à santa quando houver necessidade. O manto citado foi confeccionado por uma senhora chamada popularmente de Vivi Martins, segundo Dilú Fiúza, o nome completo dessa senhora é Violante Fiúza de Mello Martins²³, e foi entregue durante o VI Congresso Eucarístico Nacional ocorrido em Belém. A Peregrina, pelo contrário, possui inúmeros mantos, que ficam disponíveis para visitação no Museu do C rio, estes são utilizados por ela apenas durante um ano: do dia anterior   trasladação até o ano seguinte quando um novo manto é entregue e passa a brilhar na festividade até o próximo ano.

O trabalho de confecção de mantos ficava a cargo das irmãs das congregações residentes no colégio Gentil Bittencourt. Essas mulheres fabricavam mantos quando os que a Santa utilizava começavam a ficar velhos e deteriorados, ou seja, não eram confeccionados de ano em ano. Não se sabe ao certo em que época a Santa passou a vestir um manto por ano, sabe-se apenas que a última irmã a fabricar essa peç  foi a Irmã Alexandra, falecida em 1973. Ester Paes Franco era uma ex-aluna do colégio Gentil Bittencourt, local em que morou quase a vida toda, e foi professora de artes manuais. Desde os seus 16 anos auxiliava a irmã Alexandra a bordar os mantos para a santa e, a partir de 1973, passou a bordar sozinha.

O trabalho de dona Ester foi realizado de 1973 a 1992. Ela desenhava, bordava e idealizava sozinha os mantos que seriam

Federal de Minas Gerais. Escola de Belas Artes da UFMG. Belo Horizonte, 2017. p. 47-48.

²² *Ibidem*, p. 59.

²³ Entrevistada Maria de Lourdes Fiúza de Mello (Dil  Fiúza), 77 anos, estilista que confeccionou o manto de 1999. Entrevista cedida em 27/01/2021.

entregues à Santa. Esse bordado era uma produção de caráter artesanal, como os das irmãs das congregações que a antecedeu. Além da confecção ficar a seu cargo, ela também era a grande responsável por vestir a Santa no dia da procissão, ou seja, não havia uma noite especial para a entrega do manto como há hoje, como cita Arnaldo Pinheiro²⁴:

O manto da Santa não tinha tanta importância como tem hoje para o Círio, ele não tinha esse trabalho de artes, divulgação, de preparação, de lançamento, aquela coisa que se faz hoje, não existia naquela época. Então, na época, era muito simples, ela ia pra lá, bordava o manto e todo mundo que quisesse olhar ia olhar lá.

Sendo assim, desde que a irmã Alexandra deixou os bordados para Dona Ester, esta fazia todo o processo de confecção sozinha: desde o desenho, a costura, o bordado e a entrega para a Santa sair em procissão. Segundo Mizar Bonna²⁵, existia uma pessoa que fabricava os mantos antes das irmãs do colégio Gentil, porém não há fontes que mostrem quem seria essa pessoa:

Aí foram se fazendo os mantos, que eram os mantos, Nossa Senhora de Plácido, sempre com um manto, não se anotava quem criava, quem desenhava, então os mantos eram feitos por essas senhoras e algum mistério que eu não consegui descobrir, que uma senhora da Cidade Velha (bairro de Belém), que era uma juíza da festa, ela levava a imagem pra casa dela, não havia trasladação, vestia o manto novo e entregava no palácio onde saía o Círio, palácio do governo, já vinha com um manto novo, foi indo, foi indo...

Em 1993, Dona Ester se afastou dos bordados de mantos por motivos de doença, de modo que estes passaram para as mãos das

²⁴ Entrevistado Arnaldo Pinheiro. Entrevista cedida em 3 de julho de 2019.

²⁵ Entrevistada Mizar Bonna em 2019.

grandes estilistas da época, que eram as costureiras de vestidos de noiva: em 1993 e 1994 bordado por Maizé Sequeira; 1995 a 1997 por Paulo Oliveira, Vanessa Oliveira e Mizar Bonna; em 1998 somente por Paulo Oliveira; 1999 foi Dilú Fiúza, e nos anos 2000 Mariazinha Hundemark confeccionou o manto. A cada ano mudava o responsável pela confecção de acordo com quem a diretoria da festa escolhia, e a cada ano as peças também ficavam mais glamurosas e tinham mais destaque no meio da festividade.

Segundo Geertz, a cultura pode ser entendida como estruturas psicológicas por onde os indivíduos e/ou grupos de indivíduos guiam seu comportamento. Sendo assim, essa cultura seria a forma como os indivíduos dessa sociedade enxergam o símbolo, ao passo que sua importância para eles guia seus atos relacionados ao símbolo. Entendendo isso, podemos compreender a relação do símbolo (o manto) com os fiéis, que sentem a força dele dentro da festividade e reproduzem o ato de fabricar e doar. Ainda assim, o importante aqui não é o conceito, pois é amplo e denso. O que importa, de fato, é a cultura, como ela se estrutura e de quem dela participa; ou seja, como a cultura se desenvolve e relaciona-se com seus participantes.

Logo, a relevância de vestir a Santa se apresenta durante a festividade toda por meio dos criadores dos mantos e dos fiéis, que reproduzem seus mantos em suas casas. A historiografia, porém, ainda precisa de novos estudos acerca do assunto, visto que ainda há muita carência nos estudos referentes a vestes sagradas, principalmente, no que envolve santos católicos.

Referências

BARROS, Thamires Beatriz Braga. **Vestindo a Santa**: Narrativas e Representações sobre os Mantos de Nossa Senhora de Nazaré em Belém do Pará (1973 – 2000). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, 2021.

BONNA, Mizar Klautau. **Meus 80 Círios**. Belém: Verde Guia. 2017, p 94-100.

BOURDIEU, Pierre. **Opoder simbólico**. Coleção Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CALVI, Gabriel Coutinho; FURLAN, Ana Paula. A influência da moda nas vestes sagradas e sua evolução como produto mercadológico. **13º Colóquio de moda**, UNESP, Bauru, SP. 11 a 15 de out. de 2017.

FERREIRA, Isabella Karim Morais. Bordando histórias, construindo narrativas: Um breve relato de estudos sobre a prática do bordado no Brasil. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 7., Universidade de São Paulo, 10 a 14 de novembro de 2014. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2014.

HAMONY, Idanise Sant'ana Azevedo. **Imagens devocionais de Nossa Senhora de Nazaré**: Iconografia, devoção e conservação. 2017. Tese (Doutorado) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

IPHAN. Dossiê IPHAN I: **Círio de Nazaré**. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora Brasil, 2006.

JUNG, Carl G. **O Homem e seus símbolos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2016.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **O homem que achou a santa**: Plácido José de Souza e a devoção à Virgem de Nazaré. Belém: Basílica Santuário de Nazaré Padres Barnabitas, Arquidiocese de Belém, Casa de Plácido, 2009.

MONTEIRO, Walbert. **Círio de Nazaré**: Meu olhar de fé. Belém: Preservar, 2018. p. 105.

MOREIRA, Fuviane Galdino. O manto de Nossa Senhora Aparecida: Um esboço, uma análise. **Ouvidover**, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 94-106, jan./jul. 2018.

MOREIRA, Fuviane Galdino. O poder simbólico da vestimenta: reflexões sobre a cerimônia do manto de Aparecida. **14º colóquio de Moda**, PUCPR, 2018.



Apresentação dos resumos do grupo de pesquisa GPHTA





Cultura, sabores e aromas: os sentidos da gastronomia regional para os paraenses

Aleandra Veloso Ribeiro¹
Diana Priscila Sá Alberto

Resumo

O presente trabalho objetiva identificar a importância da memória acerca da gastronomia e/ou culinária paraense. Partindo mais além do residente e tomando como recorte a feira do Ver-o-Peso em Belém (Pará), pergunta-se: quais são os sentidos que os pratos típicos despertam nos residentes e visitantes? A temática se justifica para pensar tais questões que surgiram mediante o interesse de pesquisar acerca de algo que pudesse falar sobre os sentidos, a memória afetiva e a representatividade cultural que o ato de comer representa e desperta na culinária paraense, tendo como consequência induzir o conhecimento, bem como promover a cultura da culinária local. Isso porque, para os paraenses, a gastronomia regional está ligada, diretamente, à memória afetiva alimentar, reforçando os laços com a cultura de pertencimento. Tendo em sua metodologia a realização de pesquisa bibliográfica, de campo, análise de questionário quali-quantitativo na feira, cuja finalidade é induzir o conhecimento, bem como promover a cultura da culinária local. A memória afetiva está presente na cultura e no turismo, que se relacionam tanto na moldagem pessoal, na percepção dos sentidos, no conhecimento e na promoção de tudo o que os envolvem, como patrimônio, paisagem e modo de vida local. Em Belém, quem visita ou transita pelo espaço

¹ Discente do 7º período da Faculdade de Turismo/ICSA/UFPA. E-mail: aleandra.ribeiro@icsa.ufpa.br.

é recebido por um misto de sensações, como o cheiro, a diversidade de pessoas, cores e afins. Baseado em uma propaganda de rádio que questiona: “o que deixa a tua boca cheia de água ao passar no Ver-o-Peso?”, abordamos aquilo que o aroma ou o sabor de tal comida pode despertar: uma lembrança boa ou ruim? Pensando, sobretudo, no cheiro da “Pedra do Peixe” em alguns momentos do dia. Sabe-se que a alimentação está além do ato de saciar a fome para sobreviver, está na formação da identidade de cada região.

Palavras-chaves: Turismo Cultural; Memória Afetiva; Ver-o-Peso.

Mulheres em campo: a produção de conhecimento do turismo na Amazônia e suas reflexões iniciais

Elizabeth Paulino da Costa²
Diana Priscila Sá Alberto

Resumo

A historiografia de viajantes aponta as viagens feitas por mulheres na Amazônia, que remontam ao século XIX, tendo como expoentes: Teresa da Baviera, Octavie Coudreau, Emília Snethlage e Heloísa Alberto Torres. Essas mulheres se destacam por serem pioneiras na descrição e nos estudos científicos na região Amazônica no final do século XIX e início do XX. Não se falava em turismo, mas as viagens de campo delas podem ser vistas como possibilidades para o que hoje se conhece como tal. Isso porque elas utilizam equipamentos ditos turísticos, como a hospedagem, os transportes e a alimentação. Para além dessa perspectiva, essas mulheres também influenciaram, direta e indiretamente, outras cientistas, como as pesquisadoras da área do turismo na Amazônia, ao realizar suas pesquisas de campo para investigação desse fenômeno. O objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão inicial sobre as investigações e os métodos de campo feitas por mulheres que pesquisaram o fenômeno turístico na Amazônia, nos estados do Pará e Amazonas nos anos 2000. Esta pesquisa se justifica com base na análise sobre a participação de mulheres que fizeram ciência na Amazônia, enquanto suas viagens trouxeram elementos para pensar a história do turismo na região. A metodologia deste trabalho baseia-se em teorias do estudo do turismo como fenômeno da história das ciências e do gênero. Como

² Discente da Faculdade de Turismo/ICSA/UFPB.



um estudo teórico, foram analisadas as metodologias e as descrições de campo de 6 teses de doutorado de mulheres turismólogas, 3 formadas no estado do Pará e 3 no estado do Amazonas. Ao emergir nos campos metodológicos dessas mulheres, pode-se entender como foram a preparação e a atuação de campo delas. Suas pesquisas em diferentes regiões da Amazônia apontaram dificuldades, mas, sobretudo, a potência do feminino no campo científico do turismo. Como resultados preliminares, pode-se apontar que, ao deparar-se com os estudos sobre gênero, é notável que a partir desse tema são abordadas pautas mais recorrentes como violência doméstica, sexual ou moral, em que o dinamismo feminino, nas práticas de pesquisa de campo e na construção de processos metodológicos compactuadas com o plano de desenvolvimento dentro de cada pesquisa acadêmica apresentada, concede o engrandecimento do meio científico voltado para a investigação do turismo na região amazônica. Por meio de sua exacerbada importância, os percursos metodológicos utilizados, apresentados por essas mulheres, são indispensáveis para ampliar a discussão do papel feminino no campo do conhecimento da produção turística.

Palavras-chave: Viagem de campo; Conhecimento; Mulheres; Turismo; Amazônia.



Mulheres e viagens independentes em Belém do Pará: experiências e sentidos

*Glenda Roberta de Lima Abdora*³
Diana Priscila Sá Alberto


Resumo

A pesquisa sobre as mulheres que viajam sozinhas tem tomado importantes caminhos. Mulheres pesquisadoras, em especial, turismólogas, têm se debruçado sobre o tema nos últimos 8 anos. Com base nesse processo de construção de conhecimento, este trabalho tem como objetivo analisar os relatos de experiência de viagens turísticas, realizadas por mulheres residentes da cidade de Belém. Os caminhos metodológicos tiveram como referência e motivação a tese de doutorado: *Cidadãs do Mundo: Viagem Independente e Processos de Subjetivação do Feminino* (2019), da professora Giselle Carvalho. A metodologia de pesquisa é qualitativa, de caráter exploratório, com a aplicação de questionários e entrevistas abertas. Como resultados preliminares baseados na análise teórica, as mulheres residentes de Belém, ao realizarem viagens turísticas, podem ter experiências positivas, visto que as viagens são um momento de empoderamento e autocuidado, permitindo que elas se conectem consigo mesmas e desfrutem de momentos de liberdade. Assim como podem ter experiências negativas, em que fatores socioeconômicos e a percepção da segurança podem afetar as experiências das viajantes.

Palavras-chaves: Mulheres; Viagens independentes; Turismo.

³ Discente do curso de Turismo/ICSA/UFPa.





História do Audiovisual e do Turismo na Amazônia dos anos 1970, 1980 e 1990

Hevelly Cristina Costa da Silva⁴
Elielton Benedito Castro Gomes

Resumo

As produções audiovisuais que retratam a Amazônia dos anos 1970, 1980 e 1990, período em que é possível identificar a mescla de produções de cunho documental e artístico, são objetos de análise desta pesquisa. Com elas, buscaremos identificar de que forma tais produções influenciaram a construção e a promoção da imagem da Amazônia como destino turístico, tendo em vista que o audiovisual, sobretudo, o cinema, possui a capacidade de (re)criar uma narrativa e apresentar um viés histórica acerca de determinados espaços e grupos. Frente a isso, suponha-se que essas produções apresentam potencial em inspirar indivíduos a embarcar em viagens ou de dissuadi-los de fazê-las. Em vista disso, busca-se, a longo prazo, realizar levantamento das produções disponíveis que retratam a Amazônia dentro do recorte temporal proposto, identificando e analisando os principais enfoques dessas produções, bem como os modos pelos quais a Amazônia foi retratada. Além disso, buscaremos, também, compreender como o audiovisual se atrela ao turismo no âmbito da construção do imaginário do destino turístico. O caráter da metodologia dessa pesquisa será qualitativo, de maneira que utilizaremos recursos bibliográficos visando alcançar discussões existentes sobre a temática, além do uso das produções audiovisuais como fontes. Dentro dos resultados iniciais obtidos, chegamos a

⁴ Discente do curso de Turismo/ICSA/UFPA.

quatro produções que apresentam a Amazônia no período proposto. São elas: Igreja de Giovanni Gallo (1970); Sangue e Suor – A Saga de Manaus de Luiz de Miranda Corrêa (1977); Fitzcarraldo de Wener Herzog (1982); e Brincando nos campos do Senhor de Héctor Babenco (1991), tendo como seus principais objetos temas diversos que envolvem desde a captura da fauna amazônica até o contato de estrangeiros com a população nativa da região. Essas produções audiovisuais são percebidas como narrativas e representações que envolvem aspectos naturais e socioculturais dessa parcela do país no período temporal proposto.

Palavras-chaves: Audiovisual; Turismo; Amazônia.

Representações da figura feminina frente às propagandas da EMBRATUR nos anos de 1980

*Ivaneide Santos Silva*⁵
Elielton Benedito Castro Gomes
*Eduarda Medeiros da Silva*⁶
*Ingrid Assunção*⁷

Resumo

Decretado pelo presidente Castelo Branco, por meio da Lei de nº 55, em 18 de novembro de 1966, o turismo brasileiro “preconizava a atenção dos desníveis econômicos setoriais e regionais” (Araujo, 2012, p.149), tornando essa área, oficialmente, reconhecida frente às políticas nacionais em voga. Tal decreto criou e oficializou dois importantes órgãos que, de algum modo, alteraram as políticas em ação até aquele momento: o Conselho Nacional do Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Ao longo do tempo, sobretudo, nos anos de 1980, percebe-se uma ampliação acerca das demandas turísticas no país, o que, de alguma forma, refletiu-se na visibilidade e nas promoções, tanto que, principalmente a EMBRATUR, passou a ter frente a outros órgãos (oficiais ou não) do setor. Nesse contexto, ao buscarmos as representações das imagens femininas divulgadas pela Embratur nos anos de 1980, dialogando com o projeto turístico desse órgão, deparamo-nos com alguns anúncios apelativos com o intuito principal de atrair turistas estrangeiros. Neles, podemos identificar mulheres brasileiras em trajes de banho, sugerindo, por vezes, que os turistas encontrariam prazeres sociais e carnavais no Brasil. Diante

⁵ Discente da Faculdade de Turismo/ICSA/UFPA.

⁶ Discente da Faculdade de Turismo/ICSA/UFPA.

⁷ Discente da Faculdade de Turismo/ICSA/UFPA.



disso, surgiu o interesse de investigar as representações das figuras femininas frente às propagandas da EMBRATUR nos anos de 1980 (ver Figura 1). É importante lembrar e debater acerca do papel desse órgão diante das divulgações da imagem turística do Brasil para o exterior, sempre com o objetivo de “fisgar” supostos viajantes. Porém, nos anos de 1960, 1970 e 1980, épocas conturbadas no Brasil, por conta do contexto político vigente (governo civil-militar), essa agência, em consonância com as políticas da época, buscava “maquiar” as atrocidades da ditadura, mudando o foco da repressão por meio da erotização e da “venda” da figura feminina, o que passaria a ser marcante e evidente na divulgação e na promoção no contexto do turismo de sol e praia e em eventos culturais, tais como o Carnaval brasileiro.

Palavras-chaves: Representação; História; Turismo.

Figura 1 – Capa de promoção do turismo brasileiro na década de 1970/1980



Fonte: Pesquisa de Campo (2023).



História do Turismo na Praia do Pesqueiro/Soure/Ilha do Marajó PA: diálogos iniciais

*Karla Patrícia Farias Ribeiro da Silva*⁸
Diana Priscila Sá Alberto

Resumo

O arquipélago do Marajó, desde meados de 1970 e 1980, recebe turistas, em especial, na região litorânea do território, em destaque o município de Soure. A cidade tem apelo natural pelo aspecto de suas praias serem formadas por parte da Baía do Marajó e estarem próximas ao Oceano Atlântico. Estudos quanto à introdução da atividade turística na cidade e ao potencial da Praia do Pesqueiro tem sido feito por Cruz (1999) e Figueiredo (1999). Estes já apontavam o potencial turístico natural e cultural da região. Desde meados de 1970 com a promoção de políticas para o desenvolvimento da Amazônia, sobretudo, para a mesorregião do Marajó, o turismo em Soure foi apontado como propício, mas autoras como Boulhosa (2020) expressam que, mesmo tendo esse “apelo turístico”, as comunidades envolvidas, em especial, a cidade de Soure e, conseqüentemente, a Praia do Pesqueiro pouco têm sido beneficiadas pelo turismo. Porém, entender o processo de turistificação dessa região, por meio da história, ainda não foi realizado. Como mote norteador para este trabalho, questiona-se: como a história pode auxiliar na compreensão do processo de introdução do turismo na Praia do Pesqueiro/Soure/Marajó (PA)? Com base nessa problemática, este trabalho tem o objetivo de identificar informações históricas, em jornais, sobre os primeiros movimentos de turismo diretamente para Praia do

⁸ Discente da Faculdade de Turismo/ISCA/UFGA.

Pesqueiro/Soure/Marajó (PA). Este trabalho se justifica por ser uma nova perspectiva de estudo do turismo na região, tendo a história como base metodológica para analisar o processo de turistificação da Praia do Pesqueiro, além de retomar discussões sobre a região na atualidade. Para a Faculdade de Turismo, é um trabalho significativo, pois o estudo da atividade turística, por meio da história, na Praia do Pesqueiro, Soure, Marajó é inédito. Os passos metodológicos deste resumo se seguiram a partir de leituras sobre história do turismo, com base em autores como Assunção (2012) e Castro, Guimarães e Magalhães (2013). No que se tem de atual sobre o estudo do turismo na região de Soure, apresentam-se trabalhos de Boulhosa (2020) e Neves (2023). Para compreender o processo histórico do turismo na Praia do Pesqueiro, fez-se pesquisas na Biblioteca Pública do Pará (Arthur Vianna) (Figura 1) na seção de Obras Raras, em que se coletou fontes, em específico, jornais da década de 1980, nos quais se encontravam notícias sobre o turismo na praia e na cidade de Soure. A pesquisa das fontes, que são elementos que constroem um determinado período histórico (Janotti, 2015), contou com arquivos dos jornais “Diário do Pará” e “O Liberal”, em que se analisaram notícias que tratavam dos períodos de férias de julho e, nessas notas, o turismo e as perspectivas do desenvolvimento da atividade na região. A partir dessa investigação inicial, pode-se apontar algumas considerações interessantes sobre a referida pesquisa, em que o turismo na Praia do Pesqueiro já se fazia presente nas notícias regionais. Os periódicos apresentam como acontecia a movimentação dos visitantes, principalmente, durante as férias escolares (julho), e a grande circulação de turistas. As notícias davam conta da estrutura que era preparada para receber os “veranistas e banhistas”. Essas eram as formas como os turistas eram vistos nos veículos de comunicação. Isso é interessante de se fazer análise, dado que não se vê na documentação o termo “turista”. Na verdade, a descrição da atividade turística é vista de forma clara em todas as notícias verificadas. Melhorias quanto ao espaço para esses

visitantes são informações que se destacam, tais como as barracas preparadas para receber quem chega. Também são apuradas questões que até os dias atuais se presentificam na região, especialmente, o acesso à praia do Pesqueiro, que é o transporte público. Ainda em 1988, os turistas já faziam apontamentos negativos quanto ao transporte que saía da cidade para a praia. Tais relatos expressavam a falta de ônibus para levar os visitantes até a praia, assim como a falta de manutenção das vias. Uma outra questão interessante nas fontes é o gênero, em, pelo menos, dois dos jornais analisados, as fotos apresentam fotos de mulheres nas praias, o que indica a objetificação do corpo feminino e a continuidade do turismo de sol e praia representados pelo corpo feminino. O que se pode concluir, previamente, é que a imprensa local já expressava ênfase no turismo na cidade de Soure, em destaque, para a Praia do Pesqueiro. As fontes também são elementos importantes para a continuidade da história do turismo no Marajó, maiormente, a região de que trata este resumo.

Palavras-chave: História; Turismo; Praia do Pesqueiro; Marajó (PA).

Figura 1 – Fonte do Jornal “O Liberal” de 1989



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Arthur Vianna (2023).

Referências

ASSUNÇÃO, Paulo de. **História do Turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX** – viagens, espaço e cultura. Barueri: Manole, 2012.

BOULHOSA, Marinete da S. Turismo de base comunitária: em busca de caminhos sustentáveis para o turismo na ilha do Marajó. **Paper do NAEA**, Belém, v. 1, n. 3, p. 2-18, 2020.

CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valeria L.; MAGALHÃES, Aline M. (orgs.). **História do Turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

CRUZ, Silvia Helena Ribeiro. **Os impactos do turismo na Ilha de Marajó (PA): aspectos ambientais da praia do pescueiro**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FIGUEIREDO, S. L. (org.). **O Ecoturismo e a questão ambiental da Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro 'Fontes históricas' como fonte. *In*: PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 1-15.

NEVES, Evandro. Gestão do Turismo (Comunitário) na Reserva Extrativista Marinha de Soure, Amazônia Marajoara. **Geografia**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 161-180, fev. 2023.

Belle Époque e lazer na Amazônia

Paulina Pereira de Aviz⁹
Diana Priscila Sá Alberto

Resumo

Durante o período em que a cidade de Belém se tornou berço da extração de látex, diversas foram as modificações no centro urbano, sobretudo, com a ascensão do maranhense Antônio Lemos à intendência municipal da cidade. Por meio da instalação de uma nova política, inspirada no governo do francês *Haussmann*, esse período ficou, historicamente, conhecido como *Belle Époque*. Assim, discorre-se sobre um aspecto dessa fase: o lazer. Frente às mudanças de urbanização do governo de 1897 a 1911, dos quais abrangem desde o alargamento das ruas, a implantação de bondes, a construção de matadouros, a fiscalização massiva ao comércio, dentre outros, moldou uma nova sociabilidade na fase áurea da borracha. Dessa herança deixada, enfatiza-se, recorrentemente, a arquitetura, o requinte, o cenário político no âmbito das áreas de história, a arquitetura e o patrimônio. No entanto, poucos ainda são as investigações acerca dos resultados disso tudo no sentido do turismo, sendo um deles a segregação social que existiu nos meios sociais de entretenimento. Portanto, o referido trabalho tem por finalidade apresentar o impacto que as novas mudanças lemistas causaram nas práticas de lazer da época, evidenciando como principal objetivo quais eram essas atividades e como se dividiam cada uma delas entre a classe mais opulenta e mais ordinária. Fazendo uso de metodologias bibliográficas e fontes históricas para a identificação dos espaços de

⁹ Discente da Faculdade de Turismo ICSA/UFPA.



lazer na *Belle Époque*, constatou-se que a reformulação desses espaços advindos do enriquecimento da extração e exportação da borracha resultou, sim, na separação desses espaços e, conseqüentemente, na segregação, uma vez que as distintas classes não frequentavam todos os mesmos lugares, pelo contrário. Em virtude do financiamento existente no investimento de alguns recintos, a exemplo do Theatro da Paz, acabava por se tornar um local utilizado pelos grandes barões, excluindo a população residente fora do centro. Fora desse centro, a classe afastada optava por criar seus próprios espaços de lazer, utilizando as ruas, os festejos populares, a cultura popular etc. Desse modo, segregatório, dividiam-se as práticas de lazer na *Belle Époque* lemistá.

Palavras-chave: *Belle Époque*; Lazer; Turismo.

Comissão de Organização e Científica

Comissão Organização Geral

Diana Priscila Sá Alberto

Elielton Benedito Castro Gomes

Comissão Científica

Diana Priscila Sá Alberto

Elielton Benedito Castro Gomes

Comissão do evento

Carlos Jesus Pereira Costa

Eduarda Medeiros da Silva

Elizabeth Paulino da Costa

Emily Rodrigues Almeida

Felipe Silva de Souza

Fernanda Queiroz da Silva

Hevelly Cristina Costa da Silva

Ivaneide Santos da Silva

Jessia Silviny Moura da Mota Araújo

Larissa Souza da Rocha

Matheus de Jesus Sarraf Melo

Paulina Pereira de Aviz

Remyle Sousa de Andrade

Silvana de Jesus Vicência da Cunha



